

Banco Société Générale Brasil S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.



Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas	>	3
Balancos Patrimoniais Consolidados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016	>	4
Demonstrações do Resultado e do Resultado Abrangente Consolidados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016	>	6
Demonstração Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016	>	7
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016	>	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Preparadas com base nas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (Ifrs) Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016	>	9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco") e empresa controlada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Société Générale Brasil S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de maio de 2018.

EY

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC- 1SP172167/O-6

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

ATIVO			
	Nota	2017	2016
Caixa, equivalentes de caixa e reservas no Banco Central.....	5	4.986.519	3.704.580
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação		1.302.642	1.171.428
Títulos e valores mobiliários	6.A	771.742	422.513
Instrumentos financeiros derivativos (não instrumento de hedge).....	4.1.4	530.900	748.915
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	7	418.649	373.925
Títulos e valores mobiliários		418.649	373.925
Empréstimos e recebíveis.....		2.249.171	1.535.885
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras.....	8.A	483.491	179.368
Empréstimos e adiantamentos a clientes.....	8.B	1.982.716	1.544.072
Provisão para perda por redução ao valor recuperável.....	8.C	(217.036)	(187.555)
Ativos não correntes mantidos para venda.....	9	2.558	2.235
Créditos tributários	33.B	5.153	6.871
Outros ativos	12	676.974	563.513
Ativos de operações descontinuadas.....		-	61.237
Investimentos		20	26
Ativo imobilizado.....	10	42.949	19.987
Ativos intangíveis	11	254	182
Total do ativo		9.684.889	7.439.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2017	2016
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação		<u>774.053</u>	<u>544.976</u>
Instrumentos financeiros derivativos (não instrumento de hedge)	13	497.969	401.300
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação - Captações no mercado aberto....		276.084	143.676
Passivos financeiros ao custo amortizado		<u>6.728.072</u>	<u>4.618.010</u>
Depósitos de clientes	14	453.493	658.306
Depósitos de instituições financeiras	15	152.805	75
Captações no mercado aberto	15	801.959	697.459
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros e de empréstimos e repasses	16	5.319.815	3.262.170
Provisões	17.A	<u>385.827</u>	<u>330.536</u>
Passivos tributários diferidos	18.A	<u>77.640</u>	<u>67.719</u>
Outros passivos	18.B	<u>285.894</u>	<u>349.842</u>
Passivos de operações descontinuadas	9	-	<u>64.391</u>
Patrimônio líquido		<u>1.433.403</u>	<u>1.464.395</u>
Capital		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital		2.294	2.018
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.D	11.308	3.995
Hedge de fluxo de caixa	19.E	(6.298)	(2.532)
Prejuízos acumulados		(1.530.830)	(1.548.723)
Reservas para operações descontinuadas		-	52.708
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		<u>1.433.403</u>	<u>1.464.395</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>9.684.889</u>	<u>7.439.869</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

Operações Continuadas	Nota	2017	2016
Receita/(Despesa) líquida de juros e similares.....		<u>307.410</u>	<u>973.995</u>
Receitas de juros e similares.....	22	886.823	1.379.029
Despesas de juros e similares.....	23	(579.413)	(405.034)
Perdas líquidas de recuperação por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.....	8.C	(27.323)	(21.658)
Despesa líquida de juros após perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.....		280.087	952.337
Resultado líquido com tarifas e comissões.....	24	2.955	3.772
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negociação.....	25	(248.632)	(2.043.001)
Resultado líquido realizado de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e com instrumentos derivativos não destinados a negociação.....	26	(3.285)	(22.713)
Resultado de participações em coligadas e controladas.....		(99.783)	-
Despesas de pessoal.....	27	(96.170)	(143.762)
Despesas administrativas.....	28	(61.295)	(93.927)
Depreciação e amortização.....	29	(7.362)	(7.685)
Outras receitas (despesas) operacionais.....	30	279.694	1.551.883
Lucro operacional antes da tributação.....		<u>46.209</u>	<u>196.904</u>
Imposto de renda e contribuição social.....	33	<u>(80.965)</u>	<u>(142.236)</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido consolidado do exercício de operações continuadas.....		<u>(34.756)</u>	<u>54.668</u>
Prejuízo consolidado após o imposto do exercício de operações descontinuadas.....		-	(32.935)
Prejuízo/Lucro líquido consolidado do exercício.....		<u>(34.756)</u>	<u>21.733</u>
Prejuízo/Lucro atribuível aos acionistas controladores.....		(34.756)	21.733
Total do Lucro/(Prejuízo) líquido básico e diluído por ação (em R\$).....		<u>(0,03)</u>	<u>0,02</u>
Ordinárias.....		(0,03)	0,02
Preferenciais.....		(0,03)	0,02
Demonstração do resultado abrangente.....		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo/Lucro líquido do exercício.....		<u>(34.756)</u>	<u>21.733</u>
Ajustes ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de impostos.....	19.D	7.313	10.602
Parcela referente a Hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos.....	19.E	(3.766)	(7.791)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos.....		<u>3.547</u>	<u>2.811</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos.....		<u>(31.209)</u>	<u>24.544</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos atribuídos aos acionistas controladores.....		(31.209)	24.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

Em milhares de reais

	Patrimônio líquido atribuível à controladora								
			Prejuízos	Reserva	Reserva de	Reserva de	Ajustes de	Hedge	Total do
	Nota	Capital	acumulados	operações	reavaliação	capital	Avaliação	de fluxo	patrimônio
				descontinuadas			Patrimonial	de caixa	líquido
Em 1º de janeiro de 2017.....		2.956.929	(1.548.723)	52.708	-	2.018	3.995	(2.532)	1.464.395
Prejuízo do exercício.....		-	(34.756)	-	-	-	-	-	(34.756)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.D	-	-	-	-	-	7.313	-	7.313
Hedge de fluxo de caixa.....	19.E	-	-	-	-	-	-	(3.766)	(3.766)
Plano de pagamento baseado em ações		-	-	-	-	276	-	-	276
Operações descontinuadas.....		-	53.300	(53.300)	-	-	-	-	-
Realizações diversas		-	(59)	-	-	-	-	-	(59)
Variações patrimoniais de alienação		-	(592)	592	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017..		2.956.929	(1.530.830)	-	-	2.294	11.308	(6.298)	1.433.403

	Patrimônio líquido atribuível à controladora								
			Prejuízos	Reserva	Reserva de	Reserva de	Ajustes de	Hedge	Total do
	Nota	Capital	acumulados	operações	reavaliação	capital	Avaliação	de fluxo	patrimônio
				descontinuadas			Patrimonial	de caixa	líquido
Em 1º de janeiro de 2016.....		2.956.929	(1.589.956)	97.849	180	2.286	(6.607)	5.259	1.465.940
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	-	-	21.733
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.D	-	-	-	-	-	10.602	-	10.602
Hedge de fluxo de caixa.....	19.E	-	-	-	-	-	-	(7.791)	(7.791)
Constituição (realização) de reservas		-	-	-	(180)	-	-	-	(180)
Plano de pagamento baseado em ações	32	-	-	-	-	(268)	-	-	(268)
Operações descontinuadas.....		-	-	(12.206)	-	-	-	-	(12.206)
Realizações diversas		-	(13.554)	-	-	-	-	-	(13.554)
Variações patrimoniais de incorporação.....		-	119	-	-	-	-	-	119
Em 31 de dezembro de 2016..		2.956.929	(1.548.723)	52.708	-	2.018	3.995	(2.532)	1.464.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

Em milhares de reais

	Nota explicativa	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo/Lucro líquido do exercício		(34.756)	54.668
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas		-	(32.935)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		96.281	1.207.085
Depreciação do ativo imobilizado	29	7.277	7.613
Amortização do ativo intangível	29	85	72
Provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas		6.729	3.206
Variação cambial sobre captações		5.546	1.195.727
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos		11.639	(18.675)
Provisão (reversão) para plano de pagamento baseado em ações		276	(268)
Realização de reserva de reavaliação		(59)	(25.821)
Marcação a mercado aplicada aos ativos financeiros disponíveis para venda		7.313	10.602
Baixa por obsolescência		4	-
Hedge de fluxo de caixa		(3.766)	(7.791)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa de operações descontinuadas		61.237	42.420
Lucro líquido ajustado		61.525	1.228.818
Variação de ativos e passivos operacionais		1.250.753	(2.250.078)
Redução de reservas do Bacen	5	(378)	451
(Aumento) redução em ativos financeiros disponíveis para venda		(44.724)	168.654
(Aumento) redução em ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação		(131.214)	544.881
Aumento em empréstimos e recebíveis		(719.921)	1.604.573
Aumento em outros ativos		(34.178)	2.215.890
Aumento (redução) em passivos financeiros ao valor justo através do resultado de mantidos para negociação		150.883	(4.130.744)
Aumento em passivos financeiros ao custo amortizado – depósitos de clientes, de instituições financeiras e captações no mercado aberto		2.110.062	(2.609.404)
Redução de ações judiciais		48.562	19.304
Aumento (redução) em outros passivos		(63.948)	(33.547)
Variação de ativos e passivos operacionais nas operações descontinuadas		(64.391)	(30.136)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		1.312.278	(1.021.260)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) redução em ativos não correntes mantidos para venda	9	(323)	2.993
Aquisição de ativo intangível	11	(177)	(76)
Alienação de intangível		22	-
Alienação de investimento		-	15
Aquisição de imobilizado	10	(33.315)	(3.386)
Alienação de imobilizado		3.076	5.069
Atividades de investimentos de operações descontinuadas		-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(30.717)	4.615
Aumento líquido/(redução) em caixa e equivalentes de caixa		1.281.561	(1.016.645)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.702.483	4.719.128
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	4.984.044	3.702.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

1. Informações gerais

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco Société Générale") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Avenida Paulista, 2300 – Bela Vista – São Paulo – SP – Brasil, organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar com as carteiras: comercial, câmbio, investimento, crédito, financiamento e prestação de serviços. Sua matriz é sediada na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Banco Société Générale é uma subsidiária integral do Société Générale Group - Matriz França ("Grupo Société Générale").

O conglomerado financeiro é composto pelo Banco Société Générale e por sua controlada SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil ("Société Générale Leasing"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.2. - "Escopo de consolidação".

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre as entidades do Conglomerado.

O Banco Société Générale possuía até agosto de 2016 um fundo exclusivo (SG SD FIM – IE) no Brasil que era consolidado nas demonstrações financeiras consolidadas até 2015. Este fundo foi totalmente resgatado 08 de agosto de 2016 pelo valor de R\$ 23.256.

A partir da decisão do Grupo Société Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, e encerrar suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas, o Banco Pecúnia S.A. foi vendido a Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de maio de 2017 pelo valor total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2017. O Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data. O Banco Cacique S.A. foi incorporado pelo Banco em 02 de outubro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017.

BALANÇO PATRIMONIAL DO BANCO CACIQUE S.A.

LEVANTADO EM 02 DE OUTUBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	370.369	CIRCULANTE	208.836
Disponibilidades	537	Depósitos	208
Aplicações interfinanceiras de liquidez	252.534	Depósitos à vista	208
Aplicações no mercado aberto	252.534	Outras obrigações	208.628
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	28.746	Fiscais e previdenciárias	1.114
Vinculados à prestação de garantias	28.746	Diversas	207.514
Relações interfinanceiras	964		
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil	18		
Créditos vinculados - Correspondentes	946		
Outros créditos	87.123		
Diversos	91.787		
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(4.664)		
Outros valores e bens	465		
Outros valores e bens	465		
PERMANENTE	30	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	161.563
Imobilizado de uso	30	Capital social	809.578
Imóveis de uso	10	Reserva de capital	996
Outras imobilizações de uso	73	Ajustes de avaliação patrimonial	7
Depreciações acumuladas	(53)	Lucros/(Prejuízos) acumulados	(649.018)
TOTAL DO ATIVO	370.399	TOTAL DO PASSIVO	370.399

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários foi incorporada pelo Banco em 01 de dezembro de 2017 pelo seu valor contábil. Esta incorporação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

BALANÇO PATRIMONIAL DA SOCIETE GENERALE S.A. CORRETORA DE CÂMBIO,

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, LEVANTADO EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017

LEVANTADO EM 01 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	105.555	CIRCULANTE	15.218
Disponibilidades	2.902	Outras obrigações	15.218
Outros créditos	102.653	Fiscais e previdenciárias	5.217
Diversos	102.653	Diversas	10.001
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.337
		Capital social	90.415
		Reservas de lucros	803
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(881)
TOTAL DO ATIVO	105.555	TOTAL DO PASSIVO	105.555

As operações conduzidas pelas empresas do conglomerado estão no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa é absorvido, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

A controlada é subsidiária integral e é apresentada de forma consolidada nessas demonstrações financeiras

A Société Générale Leasing tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

As captações do Banco e a controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França)

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria em 20 de fevereiro de 2018.

2. Principais práticas contábeis

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC).

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas em sua elaboração. Não ocorreram mudanças de práticas contábeis e estimativas relevantes durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. As adoções, ou possíveis adoções, das novas normas e interpretações do IFRS em 2017 não impactaram a comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Novos pronunciamentos contábeis já emitidos, mas aplicáveis em períodos futuros:

- São relacionados a seguir, novos pronunciamentos já emitidos e que passarão a vigorar em exercícios após a data destas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não foram adotadas de forma antecipada, quais sejam:

IFRS 16 - Arrendamentos - O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, assim como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27).

Suprime a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, mostrando um único modelo de arrendamento que consiste em:

(a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;

(b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e

(c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Com efeito, para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

Os possíveis impactos em virtude da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui:

(a) um modelo lógico para classificação e mensuração;

(b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, o que oferta uma resposta às perdas esperadas;

(c) a remoção da volatilidade em resultado originada de risco de crédito próprio; e

(d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

Com efeito, para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os impactos em virtude da adoção dessa alteração foram avaliados e estão demonstrados na nota 2.27 (a).

IFRS 15 – Receitas de Contratos de Clientes - O pronunciamento visa a substituir a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Solicita que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Não foram identificados impactos significantes na adoção desta norma.

IFRS 17 – Contratos de seguro – O pronunciamento substitui a IFRS 4 e terá seus efeitos para os exercícios iniciados em 2021. Os possíveis impactos em virtude da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

As demonstrações financeiras individuais, foram publicadas no jornal Diário do Comércio e Indústria e Diário Oficial do Estado de São Paulo, na edição de 22 de fevereiro de 2018, e as demonstrações financeiras consolidadas prudenciais, foram divulgadas no sítio do Banco no Brasil para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil, o conglomerado Banco Société Générale aplicou as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico corrigido, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa nº 3 - “Estimativas e julgamentos contábeis críticos”.

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

2.3. Consolidação

2.3.1. Controladas

A controlada SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil é uma entidade cuja política financeira e operacional é determinada pelo Banco Société Générale o qual detém a totalidade das ações com direito de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto exercíveis ou conversíveis são levados em consideração ao avaliar se o Banco Société Générale controla outra entidade. A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é obtido pelo Banco Société Générale e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre empresas do conglomerado, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados no processo de consolidação. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Banco Société Générale.

2.3.2. Escopo de consolidação

(a) Subsidiárias controladas

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	2017		2016	
			Participação em capital votante	Participação em capital social	Participação em capital votante	Participação em capital social
SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil.	Brasil	Financeira	100	100	100	100
Société Générale S.A. - Corretora de câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	Financeira	-	-	100	100
Banco Cacique S.A.....	Brasil	Financeira	-	-	100	100
Banco Pecúnia S.A.	Brasil	Financeira	-	-	100	100

As empresas, Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Banco Cacique S.A. e o fundo SG SD Fundo de Investimento Multimercado Investimento no exterior foram consolidados nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS de 31 de dezembro de 2016 e não foram consolidadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 conforme explicado na nota 1.

As empresas subsidiárias das consolidadas Cacique Promotora de Vendas Ltda e Cobracred Cobrança Especializada Ltda, foram consolidados nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS de 31 de dezembro de 2016 e não foram consolidadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 em virtude de terem sido incorporadas a suas controladoras antes dos eventos de incorporação no Banco explicados na nota 1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

2.4. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a instituição atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banco Société Générale.

(b) Transações e itens do balanço patrimonial

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa é representado por disponibilidades em moedas nacionais e estrangeiras. Equivalentes de caixa é representado por aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco Société Générale para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6. Operações compromissadas

As compras ou vendas de ativos financeiros vinculados a contrato de revenda ou recompra, respectivamente, são reconhecidos como um financiamento concedido ou recebido garantido pelo ativo financeiro, de acordo com a natureza do vendedor, sendo apresentados na demonstração de posição financeira em "Caixa e equivalentes de caixa" (ativo) quando o prazo de vencimento da operação na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentar risco insignificante de mudança de valor justo, em "Empréstimos e recebíveis" (ativo) quando o prazo de vencimento da operação na data da efetiva aplicação for superior a 90 dias, ou como "Captações no mercado aberto" (passivo).

As diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como "Receitas (despesas) de juros e similares" ao longo do prazo do respectivo contrato.

2.7. Ativos financeiros

O Banco Société Générale classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado, (b) disponíveis para venda e (c) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria estão incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação.

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos ou incorridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Os derivativos ativos são classificados nesta categoria, a não ser que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados como disponíveis para venda, os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo, sendo os juros calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa nº 2.15.) e reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas de juros e similares". A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra resultado quando liquidado ou pela perda por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Nessa categoria, incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Banco Société Générale compreendem os "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras", "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, com base no método da taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa nº 2.15.).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

2.8. Passivos financeiros

O Banco Société Générale classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado e (b) mensurados ao custo amortizado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os passivos financeiros mantidos para negociação.

Passivos financeiros mantidos para negociação são passivos incorridos principalmente com o propósito de negociação em um futuro próximo ou se fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados que são administrados conjuntamente e existe evidência de um padrão recente de obtenção de lucros no curto prazo.

Os derivativos passivos são classificados nesta categoria, a não ser que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado compreendem aqueles que são atualizados subsequentemente pela taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa nº 2.13.), que desconta os pagamentos futuros estimados de juros ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas (receitas) associadas ao instrumento.

As despesas de juros correspondentes estão incluídas na conta “Despesas de juros e similares”.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e são subsequentemente mensurados pelos seus valores justos com as variações reconhecidas no resultado.

Para a determinação do valor justo de derivativos, é avaliado se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado através de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos. Na determinação do valor justo são considerados o risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do grupo (derivativos passivos).

Os derivativos não destinados a negociação receberão tratamento contábil diferenciado se esses derivativos forem designados e qualificados como instrumentos de *hedge*. Se este for o caso, determinamos em qual categoria de *hedge accounting* esse derivativo se classifica.

(a) Derivativos para negociação

Os derivativos que não se qualificam como instrumentos de proteção (*hedge accounting*) são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado na categoria de mantidos para negociação.

As mudanças no valor justo destes instrumentos são reconhecidas no resultado do período sob a rubrica “Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação”.

(b) Derivativos não destinados à negociação (*hedge accounting*)

Certos derivativos são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que atendam aos critérios de contabilização como *hedge accounting*. A norma contábil prevê três tipos de estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

Para qualificar-se como *hedge accounting*, um derivativo deve ser:

- Designado e qualificado como um *hedge* de um ativo ou passivo financeiro especificado no início da vigência do contrato;
- Altamente efetivo em compensar a exposição às alterações no seu valor justo em relação ao valor justo do item que estiver sendo protegido ou, no caso de *hedge* de fluxo de caixa, em relação às alterações no fluxo de caixa, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato;
- Formalmente e contemporaneamente documentado como parte do relacionamento de *hedge*, incluindo o objetivo e a estratégia de administração de risco, a identificação do instrumento de *hedge* e do item protegido por *hedge* e a exposição a risco, como a efetividade será analisada prospectivamente e retrospectivamente, e como será mensurada a ineficácia.

A avaliação e documentação da efetividade das relações de *hedge* são revisadas no mínimo trimestralmente para confirmar se o instrumento de *hedge* foi e continua a ser efetivo na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa (dependendo da modalidade da operação de *hedge accounting* estabelecida).

Toda ineficácia é registrada no resultado do período corrente. Se for determinado que um instrumento derivativo designado para *hedge* não é altamente efetivo no *hedge accounting* da exposição designada, a relação e contabilização do *hedge* são descontinuadas.

Mantínhamos derivativos qualificados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, conforme descrito na nota explicativa nº 21 - “Instrumentos financeiros derivativos não destinados a negociação - *hedge*”.

(b.1) *Hedge* de fluxo de caixa

Para instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada como um componente do patrimônio líquido na conta de “Outros resultados abrangentes” e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado do exercício. Todos os montantes dos instrumentos de *hedge* que afetam o resultado são reconhecidos de forma condizente com a classificação do item protegido por *hedge*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

Se o relacionamento de *hedge* é descontinuado, a variação no valor justo do derivativo registrado no patrimônio líquido na conta de "Hedge de fluxo de caixa" é reconhecida quando os fluxos de caixa que foram protegidos ocorrerem, de forma condizente com a estratégia de *hedge* original. Se for provável que a transação prevista não irá ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado será imediatamente reconhecido em resultado.

2.10. Reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos financeiros

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos.

Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo é baseado nos preços atuais de oferta de compra. Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Banco Société Générale estabelece o valor justo por meio da utilização de técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realiz -lo, sem favorecimento; fluxo de caixa descontado; modelos de precificação de opções e outras técnicas de avaliação geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

2.11. Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa proveniente destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios decorrentes da posse do instrumento. Se não houver transferência substancial dos riscos e benefícios, a Administração avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo no ativo.

Títulos vinculados a recompra e cessões de crédito com coobrigação não são desreconhecidos porque o grupo ret m substancialmente os riscos e benefícios na extensão em que existe, respectivamente, um compromisso de compr -los a um valor predeterminado ou de realizar pagamentos até uma determinada faixa no caso de *default* do devedor original dos empréstimos e adiantamentos.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente.

2.12. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

O ativo financeiro pode ser compensado com um passivo financeiro e ser reportado pelo seu valor líquido no balanço patrimonial se possuir direito e obrigat riedade contratual de compensar os montantes reconhecidos na demonstração do balanço patrimonial e pode utilizar-se de uma base líquida, realizando um ativo e liquidando um passivo simultaneamente.

2.13. Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo através do resultado, são reconhecidos dentro de "Receitas de juros e rendimentos similares" e "Despesas juros e encargos similares" na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros.

Método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, apropriado por um período mais curto, que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco Société Générale estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros pr mios ou descontos.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência da redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida com base na taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

2.14. Resultado líquido com tarifas e comissões

Resultado líquido com tarifas e comissões é reconhecido conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados (conforme descrito na nota explicativa n  24 – Resultado líquido de tarifas e comissões), exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

2.15. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Empréstimos e recebíveis mantidos até o vencimento

O Banco Société Générale avalia em cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda apresentar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

O critério que o Banco Société Générale utiliza para determinar que há evidência objetiva da redução ao valor recuperável inclui:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do emissor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor;
- Deterioração do valor da garantia; e
- Redução abaixo do nível do investimento.

O Banco Société Générale primeiramente avalia a existência de evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável alocada para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados e para os quais há uma perda por redução ao valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros, original do ativo. O valor contábil do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão (redutora) e o montante da perda é reconhecido no resultado. Se um empréstimo ou um ativo financeiro mantido até o vencimento possui a taxa de juros variável, a taxa de desconto a ser usada para fins de mensuração de qualquer redução ao valor recuperável é a taxa efetiva de juros corrente estabelecida pelo contrato. O Banco Société Générale pode mensurar a perda por redução ao valor recuperável com base no valor justo do instrumento financeiro usando o preço de mercado observável.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro para o qual exista garantia reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia menos custos para obter e vender a garantia caso a execução da garantia seja provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva da redução ao valor recuperável, os ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais ativos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos de acordo com as condições contratuais do ativo que está sendo avaliado.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de ativos financeiros que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da perda por redução ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais de ativos do grupo e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Quando um empréstimo é incobrável ele é baixado contra provisão para perda por redução ao valor recuperável. Tais empréstimos são baixados uma vez que todos os procedimentos necessários sejam completados e o montante de perda seja determinado.

Em um período subsequente, se o montante de perda for diminuído e a diminuição estiver relacionada objetivamente à um evento que ocorra após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida com o ajuste na conta de provisão. O montante de reversão é reconhecido em "Perdas líquidas de recuperação por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos" na demonstração do resultado.

(b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

O Banco Société Générale avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título e valor mobiliário categorizado como disponível para venda abaixo do seu custo é considerado para determinar se os ativos estão deteriorados. Quando tal evidência objetiva existir para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa (que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável desse ativo financeiro anteriormente reconhecido no resultado) é removida do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado.

(c) Empréstimos renegociados

Os empréstimos sujeitos a avaliação da redução ao valor recuperável coletivamente ou que sejam individualmente significativos, e cujos termos e condições foram renegociados não são considerados mais como vencidos, mas são tratados como novos empréstimos. Em períodos subsequentes, o ativo é considerado a vencer e divulgado apenas em caso de nova renegociação.

2.16. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. O custo de um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

Intangíveis com vida útil definida são amortizados utilizando-se o método linear pela vida útil do respectivo ativo. Apesar de sujeito a amortização, esses ativos são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

Intangíveis com vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados. No entanto, é realizado um teste de redução ao valor recuperável no mínimo a cada data base da demonstração do balanço patrimonial e sempre que houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável da respectiva classe de ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do exercício, na extensão da diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, conforme descrito no item 2.19. desta nota explicativa.

O Banco Société Générale utiliza o modelo de avaliação através ao valor recuperável do ativo, que é representado pelo fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

2.17. Ativos não correntes mantidos para a venda e operações descontinuadas

São considerados como tal os ativos não correntes que terão seu valor contábil recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que sejam classificados como mantidos para a venda, o ativo deve:

- Estar prontamente disponível para a venda imediata;
- Ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação;
- A entidade iniciar um programa para a localização de um comprador e concluir a venda;
- Ser ativamente negociado a um preço que seja uma aproximação razoável do seu valor justo;
- Ter sua venda prevista para o prazo de um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de veículos ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas decorrentes da redução de seu valor contábil para o valor justo menos custos de vender são reconhecidos na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais".

Um grupo de alienação se qualifica como operação descontinuada se representar um componente de uma entidade que foi alienado ou classificado como mantido para venda, e:

- Representar uma importante linha em separado de negócios ou área geográfica de operações;
- For parte de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações;
- For uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de venda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações contínuas, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os impostos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas em nota específica. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações contínuas, a menos que mencionado de outra forma.

2.18. Ativo imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico deduzidos da depreciação. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações: vinte e cinco anos;
- Móveis, utensílios e equipamentos: dez anos;
- Sistema de processamento de dados: cinco anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de perda por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

2.19. Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda pela redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Os ativos não-financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido uma perda pela redução ao valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão da perda pela redução ao valor recuperável na data de apresentação da demonstração do balanço patrimonial.

2.20. Operações de arrendamento mercantil

O Banco Société Générale participa no mercado de arrendamento mercantil tanto como arrendador como arrendatário.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendatário, os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial na rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes”.

Como arrendatário, as operações realizadas pelo Banco Société Générale são substancialmente classificadas como arrendamentos operacionais. Sendo as despesas reconhecidas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Nos casos de operações classificadas como arrendamentos financeiros, são reconhecidos os ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado, os pagamentos mínimos do arrendamento financeiro são distribuídos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente e os ativos são depreciados.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes de expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

Como arrendador, o Banco Société Générale possui, através de sua controlada Société Générale Leasing, contratos de leasing operacional e financeiro e apresentados no balanço patrimonial na rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes”.

2.20.1. Concessão de arrendamento mercantil financeiro

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento financeiro na demonstração do balanço patrimonial é realizada na conta de “Empréstimos e recebíveis” a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais são geralmente incorridos pelo Banco Société Générale e incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais incluem valores de comissões, honorários legais e custos internos. Os custos incorridos com relação à negociação, estruturação e vendas de arrendamento mercantis são excluídos da definição de custos diretos iniciais e, desta forma, são reconhecidos como despesa quando do reconhecimento do lucro da venda do arrendamento. O lucro da venda é reconhecido no início do prazo do arrendamento.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Banco Société Générale.

Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados regularmente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida imediatamente.

2.20.2. Concessão de arrendamento mercantil operacional

A contabilização dos ativos mantidos em um arrendamento operacional na demonstração da posição financeira é realizada nas contas do ativo de acordo com a natureza do bem arrendado.

Os custos diretos iniciais incorridos pelo Banco Société Générale são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como despesa, pelo prazo do arrendamento e na mesma base do reconhecimento da receita.

A renda do arrendamento é reconhecida pelo método linear, pelo prazo do arrendamento, mesmo que os recebimentos não estejam na mesma base. Os custos, incluindo a depreciação, incorridos da realização da receita, são reconhecidos como despesa.

A política de depreciação para ativos arrendados depreciáveis é consistente com a política de depreciação utilizada pelo Banco Société Générale para ativos similares.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

2.21. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para riscos, em atendimento às normas do BACEN.

2.22. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“imposto sobre a renda”). O imposto sobre a renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. Para as instituições financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. A alíquota da contribuição é de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis são diferidos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

2.23. Captações com bancos e outros recursos

São reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecido na demonstração do resultado do período de vigência destes instrumentos, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.24. Pagamentos baseado em ações

O Banco Société Générale tem dois programas de pagamento baseado em ações para os seus diretores e funcionários, onde a empresa recebe os serviços prestados e como contraprestação outorga às partes opções de compra de ações do Banco Société Générale ou direitos de subscrição de ações a um preço de referência, aplicado um desconto percentual. Nos dois programas, os instrumentos de capital outorgados aos funcionários são com base nas ações da matriz. Os detalhes em relação aos dois programas estão descritos na nota explicativa nº 32 - “Plano de pagamento baseado em ações”.

2.25 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo e longo prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. Esses benefícios são reconhecidos dentro do período de competência.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria.

(b) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

(c) Participação nos lucros

O Banco reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na conta “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado conforme condições estabelecidas pelo sindicato da categoria).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

2.26 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

O Banco aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data. O Banco decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

(a) Alterações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa: Iniciativa de divulgação

As alterações exigem que as entidades apresentem divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais). Não há informações para o período atual e para fins de comparação.

(b) Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro: Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos por Prejuízos Não Realizados

As alterações esclarecem que uma entidade precisa considerar se a legislação tributária restringe as fontes de lucros tributáveis em relação aos quais são permitidas deduções sobre o estorno da diferença temporária dedutível referente a prejuízos não realizados. Além disso, as alterações fornecem orientação sobre de que forma uma entidade deve apurar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável poderá incluir a recuperação de alguns ativos por montante superior ao seu valor contábil. O Grupo aplicou as alterações de forma retrospectiva. No entanto, essa aplicação não tem efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que o Grupo não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativas que estejam no âmbito das alterações.

2.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras do Banco estão divulgadas abaixo. O Grupo pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.

(a) IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

O Banco planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, o Banco realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas em 2018, quando o Banco passará a adotar a IFRS 9. Em geral, o Banco não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9. O Banco espera um aumento na provisão para perdas, resultando em um impacto negativo sobre o patrimônio líquido.

Classificação e mensuração

O Banco não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Os ativos patrimoniais cotados atualmente mantidos como disponíveis para venda com variações registradas em outros resultados abrangentes, continuarão sendo registrados desta forma (VJORA valor justo através de outros resultados abrangentes). Os ativos patrimoniais cotados atualmente como negociação, continuarão sendo registrados desta forma (VJR valor justo através dos resultados). Espera-se que os ativos mencionados acima, mensurados pelo valor justo, sejam classificados nesta forma, de acordo com a IFRS 9, uma vez que o Banco espera não só manter os ativos para coletar fluxos de caixa contratuais, mas também vender um montante significativo de forma relativamente frequente.

A carteira de crédito, é mantida para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. O Banco analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que o Banco registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida e operações de crédito, com base em 12 meses ou por toda a vida. O Banco aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida.

O Banco calculou que a provisão para perdas aumentará em R\$ 3.466, com a correspondente aumento do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 1.560 (45%).

Contabilidade de hedge

O Banco determinou que todas as relações de hedge existentes atualmente designadas como relações de hedge eficazes continuarão a ser qualificadas para fins de contabilização de hedge de acordo com a IFRS 9.

O Banco optou por não aplicar retrospectivamente a IFRS 9 na transição para os instrumentos de proteção (hedges). Uma vez que a IFRS 9 não altera os princípios gerais de como uma entidade contabiliza hedges efetivos, a aplicação dos requisitos de hedge da IFRS 9 não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

Outros ajustes

Além dos ajustes descritos acima, na adoção da IFRS 9, outros itens das demonstrações financeiras primárias serão ajustados conforme necessário, tais como impostos diferidos, ativos mantidos para venda e passivos a eles associados. As diferenças cambiais na conversão de operações no exterior também serão ajustadas.

Em resumo, espera-se que o impacto da adoção da IFRS 9 seja o seguinte:

Em milhares de R\$

Ativo	ajustes
Empréstimos e recebíveis	(2.215)
Operações Compromissadas (Títulos Públicos)	(481)
TVM (Títulos Públicos Disponível para venda)	(319)
Créditos Tributários (imposto diferido ativo)	1.560
Total do ativo	(1.455)
Passivo	
Outros Passivos - Garantias	(451)
Patrimônio Líquido	
Outros Resultados Abrangentes - Títulos de dívida	319
Outras Reservas	3.147
Outras Reservas (imposto diferido ativo)	(1.560)
Total Patrimônio Líquido	1.906

■ 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As demonstrações financeiras consolidadas são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos da Administração. As estimativas e premissas que impactos das informações contábeis e são aplicadas de forma consistente entre os exercícios. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente e consistentemente nos exercícios subsequentes.

As estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as melhores estimativas disponíveis e em acordo com as regras aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas, e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros, quando aplicável e permitido pelas normas contábeis.

Políticas contábeis e o julgamento da Administração para certos itens são especialmente críticos para o resultado.

(a) Perdas por redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pela IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco estima a provisão para perdas sobre crédito com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen (BR GAAP), que usa determinados limites regulatórios definidos pelo BACEN para fins do cálculo da provisão para perdas sobre crédito de liquidação duvidosa.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no balanço patrimonial incluem principalmente valores mobiliários classificados como de ativos financeiros mantidos para negociação, inclusive derivativos; outros ativos financeiros designados ao valor justo e ativos financeiros disponíveis para venda. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são registrados no balanço patrimonial pelo custo amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1 – Baseado em dados observáveis de mercado, tais com preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Baseado em outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3 – Baseado em técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

	2017	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	729.956	697.025	32.931
Mantidos para negociação.....	729.956	697.025	32.931
Títulos e valores mobiliários	729.956	697.025	32.931
Carteira própria.....	697.025	697.025	-
Derivativos (passivo líquido de ativo).....	32.931	-	32.931
Ativos financeiros disponíveis para venda	205.253	205.253	-
Títulos e valores mobiliários	205.253	205.253	-
Ativos dados em garantia.....	288.113	288.113	-
Ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação	74.717	74.717	-
Disponíveis para venda	213.396	213.396	-
Total	1.223.322	1.190.391	32.931
	2016	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	711.910	450.478	297.183
Mantidos para negociação.....	711.910	450.478	297.183
Títulos e valores mobiliários	711.910	450.478	297.183
Carteira própria.....	364.295	364.295	-
Derivativos (passivo líquido de ativo).....	347.615	86.183	297.183
Ativos financeiros disponíveis para venda	348.083	340.086	-
Títulos e valores mobiliários	348.083	340.086	-
Ativos dados em garantia.....	84.060	78.397	-
Ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação	58.218	58.218	-
Disponíveis para venda	25.842	20.179	-
Total	1.144.053	868.961	297.183

(c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

O Société Générale revisa seus instrumentos de d vida classificados como investimentos disponíveis para venda em cada data das demonstrações financeiras para avaliar se eles estão designados para redução ao valor recuperável. Isso exige julgamento semelhante   avaliação individual de empréstimos e adiantamentos.

O Société Générale também registra a redução ao valor recuperável em investimentos patrimoniais disponíveis para venda em que houve uma baixa significativa ou prolongada no valor justo, abaixo do seu custo. A determinação do que é considerada "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para alcançar esse julgamento, o Société Générale avalia, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, além da duração e extensão na qual o valor justo do investimento foi menor do que o seu custo.

(d) Provisões

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão nem divulgação.

(e) Operações Descontinuadas

Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do banco decidiu pelo encerramento das operações do Banco Pecúnia S.A., deixando de conceder novos empréstimos e assim o classificou como operações descontinuadas mantido para venda. A administração considerou que a controlada satisfaz os critérios para ser classificada desta maneira naquela data. Em 2015, o encerramento das operações ocorreu através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, associada a alienações de parte substancial de sua carteira de financiamento de veículos. Em 18 de fevereiro de 2016, a Administração assinou a alienação do Banco Pecúnia S.A. e por esta razão a classifica em ativos de operações descontinuadas mantidos para venda. A concretização da venda foi autorizada pelo Banco Central e concretizada em 31 de maio de 2017 pelo valor contábil total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2017, desta forma, o Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

■ 4. Gestão de riscos financeiros críticos

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Banco Société Générale em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco Société Générale, sendo a estrutura de análise composta pela Alta Administração e comitês que atuam nos seguintes tipos de riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela identificação e controle de riscos, porém, existem outros órgãos independentes que são responsáveis pela administração e monitoramento dos riscos.

4.1. Risco de crédito

O Banco Société Générale está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico da indústria que represente uma concentração da carteira de investimentos mantida pelo Banco Société Générale podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo ou prestação de garantias financeiras, avais e fianças. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados por departamento especializado conforme segmentação do mercado em que o risco se insere: Corporate & Investment Bank e Serviços Financeiros Especializados – Arrendamento Mercantil. Por meio do superintendente responsável por cada segmento de mercado, são endereçadas matérias para apreciação pelo respectivo Comitê de Crédito. As alçadas locais são definidas pela Matriz. Quando necessário, as decisões dos comitês locais são encaminhadas para aprovação da Matriz.

O modelo global do Banco Société Générale é monitorado pelo Regulador francês, estando em conformidade com os requisitos do Acordo de Basiléia II. Além disso, existe a confrontação do rating proposto com o atribuído pelas agências externas e a análise julgamental que também leva em consideração aspectos setorial antes da atribuição final do rating. Os responsáveis pela atribuição e gestão de risco de crédito no Brasil atuam independentemente e reportam-se a áreas especializadas na Matriz.

No segmento de varejo, os limites são estabelecidos através de credit scoring determinado por metodologia estatística interna ou externa, parametrizado em sistema que reflete os procedimentos determinados pela Política quanto a alçadas, controles e confirmações. Os modelos de score são continuamente acompanhados e ajustados objetivando a maximização do retorno do capital alocado.

As operações de Arrendamento Mercantil (sob responsabilidade da Société Générale Leasing) são concedidas após apreciação de cada operação pelo Comitê de Crédito específico com base em avaliações quantitativas e qualitativas feitas em modelos próprios para cada empresa pretendente de operação de arrendamento mercantil no âmbito de grupo econômico. As decisões são tomadas por unanimidade de opiniões, cabendo direito de veto exclusivamente à Superintendência da controlada SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil. O Brasil conta com uma alçada para aprovação das operações de acordo com matriz de prazos e valores e que cobre parte significativa das operações. Excedida a alçada local, as operações são submetidas à aprovação da área de riscos da matriz em Paris.

No Atacado, os limites são estabelecidos após análise detalhada da contraparte e da estrutura da operação. Os critérios utilizados envolvem uma avaliação ampla dos riscos apresentados, dos níveis de concentração atingidos e dos fundamentos lógicos da solicitação. O rating da contraparte é proposto e monitorado numa ferramenta chamada

Starweb, que atende os requisitos de Basiléia II. A alçada para aprovação de crédito é centralizada em uma unidade independente da área de negócio, responsável por monitoração de risco do conglomerado

4.1.1. Mensuração do risco de crédito

(a) Empréstimos e adiantamentos a clientes e a instituições financeiras

Ao mensurar o risco de crédito dos empréstimos e adiantamentos, o Banco Société Générale considera três componentes com relação à contraparte (i) a probabilidade de inadimplência por parte do cliente ou contraparte com respeito às suas obrigações contratuais; (ii) as exposições atuais com a contraparte e seu provável desenvolvimento futuro, a partir das quais se identifica a exposição à inadimplência; e (iii) o provável índice de recuperação das obrigações não cumpridas (perdas por inadimplência).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

(i) O Banco Société Générale avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, através da comparação com dados externos disponíveis. A escala de classificação do grupo reflete as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as categorias e a avaliação da probabilidade de inadimplência também muda. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, o Banco Société Générale valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

O Banco Société Générale usa classificação externa, quando possível, para parametrizar sua avaliação interna de risco de crédito. A inadimplência observada por categoria varia de exercício para exercício, especialmente ao longo de um ciclo econômico.

(ii) A exposição à inadimplência baseia-se nos valores que podem ser devidos ao Banco Société Générale no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo ou adiantamento, é o valor nominal. Nos compromissos de empréstimos ou adiantamentos, são incluídas todas as quantias sacadas, além do valor que poderá ter sido retirado no momento da inadimplência, se esta vier a ocorrer.

(iii) Perda por inadimplência ou severidade da perda representa a expectativa do Banco Société Générale com relação ao montante da perda estabelecido por uma ação, se a inadimplência ocorrer. Este montante é expresso como perda percentual por unidade de exposição e normalmente varia de acordo com a categoria da contraparte, com o tipo e o nível da ação e com a disponibilidade de garantias ou outras formas de mitigação de crédito.

4.1.2. Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Banco Société Générale administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas, particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais e quanto a indústrias e países. Com base nas definições da Política de Crédito no Brasil, derivadas da política global, são estruturados os níveis de risco máximos, estabelecendo-se limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico e a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria de Gestão de Riscos na matriz.

A exposição a qualquer tomador de empréstimo ou adiantamento é adicionalmente restrita por sub-limites que cobrem exposições registradas e não registradas no balanço patrimonial. As exposições reais de acordo com os limites estabelecidos são monitoradas periodicamente.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos e adiantamentos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

Outras medidas específicas de controle e mitigação são descritas abaixo.

(a) Garantias

O Banco Société Générale emprega uma variedade de políticas e práticas destinadas a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional dessas medidas é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos, que é uma prática comum. O Banco Société Générale implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias diretas e indiretas para empréstimos e adiantamentos são:

Garantias financeiras;

Garantias fiduciárias; e

Garantias reais.

Para minimizar as perdas relativas ao risco de crédito, o Banco Société Générale buscará garantias adicionais com a contraparte assim que houver indicadores de perdas por redução ao valor recuperável com relação a empréstimos e adiantamentos individuais relevantes.

Garantias para ativos financeiros, exceto empréstimos e adiantamentos, são determinadas pela natureza do instrumento.

(b) Derivativos

O Banco Société Générale mantém limites de controle sobre a posição líquida de derivativos abertos (ou seja, a diferença entre contratos de compra e venda), tanto por valor como por prazo. Em qualquer momento, o valor sujeito ao risco de crédito é limitado ao valor justo atual de instrumentos que são favoráveis ao Banco Société Générale (isto é, ativos com valor justo positivo), sendo que em relação aos derivativos é apenas uma pequena fração do contrato; ou valores nominais são usados para expressar o volume de instrumentos em aberto. Esta exposição ao risco de crédito é administrada como parte dos limites gerais para empréstimo a clientes, juntamente com as exposições potenciais causadas pelas movimentações do mercado. Normalmente, garantias não são obtidas para exposições ao risco de crédito sobre estes instrumentos, exceto quando o Banco Société Générale exige depósitos de margem das contrapartes.

(c) Compromissos de crédito (off balance)

Compromissos para extensão de crédito representam porções não utilizadas de autorizações para concessão de crédito na forma de empréstimos e adiantamentos, garantias ou letras de crédito. Com relação ao risco de crédito em compromissos de extensão de crédito, o Banco Société Générale está potencialmente exposto a perdas em montantes iguais ao total de compromissos não utilizados. No entanto, o valor provável de perda é igual ou menor que o total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos depende de que os clientes mantenham padrões de crédito específicos. O Banco Société Générale monitora o vencimento dos compromissos de crédito porque os compromissos de longo prazo em geral oferecem um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

4.1.3. Políticas de perdas por redução ao valor recuperável e provisionamento

Os sistemas de classificação interno descritos no item 4.1.1. desta nota explicativa dão mais ênfase ao mapeamento da qualidade de crédito do que às atividades iniciais de empréstimos e investimento. Em contraste, as provisões para perda pela redução ao valor recuperável são reconhecidas para fins de elaboração de relatórios financeiros apenas para perdas que tenham sido incorridas na data da demonstração da posição financeira com base em evidência objetiva de perdas por redução ao valor recuperável.

A provisão para perda, incluindo a redução do valor recuperável estimado, é derivada da metodologia de risco aplicada a grupos homogêneos de exposição ao risco. Para isso a carteira de crédito de cada entidade é segregada primariamente por tipo de produto, uma vez que cada portfólio apresenta um comportamento diferenciado identificável na janela de observação.

Cada carteira homogênea é segregada por faixa de risco atribuível pelos dias em atraso, verificável individualmente, e divididas em dois grupos para alocação da provisão, sendo: (i) Provisão Específica e (ii) Provisão Coletiva

(i) A Provisão Específica é atribuída aos clientes na situação de default representado pelas categorias 'duvidosa' e 'não performada'.

Na categoria 'duvidosa' são classificados os clientes onde exista evidência objetiva de não honrar as parcelas. Para essa categoria, a evidência objetiva é representada pelo atraso em três parcelas, ou cujo contrato renegociado possua parcela vencida há mais de 30 dias. Nessa categoria estão registrados o capital emprestado e os juros incorridos até a data de balanço.

Na categoria 'não performada' estão classificados aqueles contratos que já se encontram com parcelas em atraso superior a 180 dias, e, estão registrados no balanço pelo capital emprestado e os juros incorridos até 180 dias de atraso.

(ii) A Provisão Coletiva refere-se aos empréstimos que existe uma evidência objetiva identificável, mas não está coberto pela Provisão Específica. Nesse caso, a evidência objetiva é representada pelo atraso de uma ou duas parcelas, mas que não requer que seja marcado como duvidoso.

O montante de provisão a ser constituído deve satisfazer a probabilidade de perda relacionada ao risco exposto. A provisão corresponde à diferença entre o valor contábil do empréstimo e o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva de juros. No caso dos contratos massificados, considerando ser uma quantidade grande de contratos com baixo valor unitário e com características similares, utilizam-se os modelos estatísticos sobre o montante recuperado dos contratos classificados em default e o ritmo dessa recuperação apresentado na janela de observação.

As Provisões, Específica e Coletiva, consideram em seu modelo estatístico duas matrizes sendo:

a) Matriz de passagem – representando a probabilidade para os contratos (contratos em default para Provisão Específica, contratos com uma ou duas parcelas de atraso para a Provisão Coletiva) de passarem a 'não performados'.

b) Matriz de recuperação – representando a percentagem de recuperação dos contratos 'não performados' e seu prazo da recuperação.

A provisão para perda pela redução ao valor recuperável no balanço patrimonial do final do exercício é derivada das classificações de nível de risco.

Os critérios de classificação auxiliam o Banco Société Générale a determinar a evidência objetiva de perdas por redução ao valor recuperável com base nos seguintes critérios estabelecidos:

Inadimplência nos pagamentos de principal ou juros;

- Dificuldades financeiras do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do devedor;
- Deterioração do valor da garantia;
- Redução abaixo do nível do investimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

4.1.4. Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outras melhorias de crédito

A tabela representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito para o Banco Société Générale em 31 de dezembro 2017 e de 2016, sem considerar qualquer garantia ou outras melhorias de crédito agregadas. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas abaixo são baseadas em valores contábeis líquidos, conforme reportados no balanço patrimonial.

	<u>Exposição máxima</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Equivalentes de caixa (ne. 5)	<u>4.984.044</u>	<u>3.702.483</u>
Mantidos para negociação	<u>1.302.642</u>	<u>1.171.427</u>
Títulos e valores mobiliários (ne. 6.a)	771.742	422.513
Derivativos (não instrumento de hedge)	530.900	748.914
Ativos financeiros disponíveis para venda	<u>418.649</u>	<u>348.083</u>
Títulos e valores mobiliários (ne. 7)	418.649	348.083
Empréstimos e recebíveis	<u>2.466.207</u>	<u>1.723.440</u>
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (ne. 8.a)	483.491	179.368
Empréstimos e adiantamentos a clientes (ne. 8.b)	1.982.716	1.544.072
Ativos dados em garantia	-	<u>25.842</u>
Disponíveis para venda	-	25.842
Ativos não correntes - mantidos para venda (ne. 9)	<u>2.558</u>	<u>2.235</u>
Garantias prestadas (off balance) (ne. 31)	223.171	585.576
Total	<u>9.397.271</u>	<u>7.559.086</u>

4.1.5. Empréstimos e adiantamentos a clientes ou a instituições financeiras

Os empréstimos e adiantamentos a clientes ou instituições financeiras estão resumidas abaixo:

	<u>Empréstimos e títulos descontados</u>		<u>Financiamentos</u>		<u>Operações de arrendamento mercantil</u>		<u>Total</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução do valor recuperável	1.122.293	670.959	470.392	166.399	871.816	871.838	2.464.501	1.709.195
Vencidos mas não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável ..	-	753	-	-	1.707	5.227	1.707	5.980
Sujeitos a perdas por redução do valor recuperável	-	8.265	-	-	-	-	-	8.265
Valor bruto	1.122.293	679.977	470.392	166.399	873.522	877.065	2.466.207	1.723.440
Menos - provisão para perdas por redução do valor recuperável	(19.361)	(13.439)	(169.255)	(151.106)	(28.420)	(23.010)	(217.036)	(187.555)
Valor líquido	1.102.932	666.538	301.137	15.293	845.102	854.055	2.249.171	1.535.885

Empréstimos e adiantamentos a clientes ou instituições financeiras renegociados

As atividades de renegociação incluem acordos para extensão de pagamento, planos aprovados pela Administração, modificação e deferimento de pagamentos, e outros planos, quando aplicável. Após a renegociação, a conta de cliente anteriormente vencida, retoma à condição de normalidade, sendo administrada juntamente com outras contas similares. As políticas e práticas de renegociação são baseadas em indicadores ou critérios, que indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser efetuados. Essas políticas são mantidas sob contínua revisão. Renegociações são mais comumente aplicadas a empréstimos a prazo, particularmente a empréstimos e adiantamentos a clientes.

Os empréstimos e adiantamentos renegociados que de outro modo estariam vencidos ou individualmente provisionados por perdas por redução ao valor recuperável estão demonstrados a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2
	-	2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

4.1.6. Títulos e valores mobiliários

A tabela abaixo apresenta uma análise dos títulos e valores mobiliários de acordo com a designação de classificação de risco:

	2017		2016	
	Títulos mantidos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantidos para negociação	Títulos disponíveis para venda
Carteira própria:	697.025	205.253	364.296	348.083
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	31.822	7.380	34.415	30.376
Letras do Tesouro Nacional - LTN (i)	443.359	197.873	148.958	317.707
Notas do Tesouro Nacional - NTN (i)	221.844	-	180.923	-
Vinculados à prestação de garantias:	74.717	213.396	58.217	25.842
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	-	21.870	56.359	20.180
Letras do Tesouro Nacional - LTN (i)	68.585	-	-	5.662
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.132	161.219	1.858	-
Cotas de fundos de investimento	-	30.307	-	-
Total	771.742	418.649	422.513	373.925

(i) Rating -BB em 31 de dezembro de 2017 (BB em 31 de dezembro de 2016), conforme Standard & Poor's.

4.1.7. Retomada de garantias

Nas datas indicadas, o Banco Société Générale obteve posse de ativos dados em garantias, como segue:

	Valor contábil	
	2017	2016
Imóveis	-	4
Imobilizado de Uso	489	543
Imobilizado de Arrendamento Operacional	38.695	13.383
Total	39.184	13.930

Incluem o valor contábil de veículos ou não circulantes recebidos pelas entidades em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. As garantias retomadas são geralmente mensuradas ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria.

4.2. Risco de mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco Société Générale. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

As carteiras de investimento não designadas para negociação correspondem, basicamente, às operações de empréstimos e adiantamentos realizadas pelo Banco Société Générale, seus títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, índice de preços e câmbio.

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

4.2.1. Técnicas de mensuração do risco de mercado

(a) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR é utilizado para a mensuração de risco como, por exemplo, das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

(b) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de "Análise de Sensibilidade" é aplicada considerando uma oscilação de 10 basis-point (isto é, 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em relação aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplicação do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira) é comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

(c) Testes de stress

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários extremos. O teste de stress é uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da instituição.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

4.2.2. Resumo das medidas de Risco de Mercado

(a) VaR Carteira de Negociação

VaR Carteira de Negociação

	2017	2016
Moeda.....	64	89
Ações	2	24
Juros Pós-fixados em Reais	34	24
Juros Pré-fixados em Reais	731	243
Juros em Moedas Estrangeiras	28.214	23.495
Juros Pós-fixados em Inflação.....	30	4
VaR Total.....	29.075	23.879

(b) Análise de Sensibilidade e Teste de Estresse

	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo
Risco de taxa de juros locais.....	368.044	19.787.925	(9.005.734)	(151.507)	(2.952.866)	1.150.458
Risco de taxa de juros internacionais.....	(469.355)	(4.463.317)	2.792.680	(705.396)	(5.123.091)	4.269.236
Risco Total.....	(101.311)	15.324.608	(6.213.054)	(856.903)	(8.075.957)	5.419.694

4.2.3. Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco Société Général ao risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Na tabela estão incluídos os instrumentos financeiros ao valor contábil, categorizados por moedas.

Concentrações de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados e não registrados no balanço patrimonial:

2017	Dólar dos EUA	EURO	Franco Suíço	Iene	Libra Esterlina	Dólar Canadense	Outros	Total
Exposição Ativa	11.758.276	2.623.116	2	19.674	82	469	-	14.401.620
Exposição Passiva.....	(11.765.856)	(2.619.504)	-	(18.920)	-	-	-	(14.404.280)

2016	Dólar dos EUA	Euro	Franco Suíço	Iene	Libra Esterlina	Dólar Canadense	Outros	Total
Exposição Ativa	10.586.669	2.505.277	1.268	70	16.592	135.295	1.831	13.247.002
Exposição Passiva.....	(10.587.734)	(2.501.024)	(1.266)	(192)	(16.342)	(135.281)	(1.830)	(13.243.668)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

4.2.4. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutuações, podendo resultar em perdas para a instituição. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido. A tabela abaixo resume a exposição do Banco Société Générale ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor justo, categorizados por vencimento.

	Em até um mês	De um a três meses	De três a 12 meses	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017						
Juros em Reais	378.567	(1.690.886)	71.707	57.870	(86.113)	(1.268.855)
Juros em Moedas Estrangeiras	(3.562.948)	5.000.458	(21.405)	78.220	(4.452)	1.489.872
Juros indexados à Inflação.....	-	202	277	539	7.076	8.094
Em 31 de dezembro de 2016						
Juros em Reais	46.141	(1.197.832)	(1.183)	47.550	67.967	(1.037.357)
Juros em Moedas Estrangeiras	(2.148.383)	(283.318)	3.457.273	(50.703)	36.143	1.011.012
Juros indexados à Inflação.....	-	-	17	22	266	304

4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Banco Société Générale não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

4.3.1. Processo de gestão do risco de liquidez

A gestão de liquidez visa precaver o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos e passivos.

O Banco Société Générale envia frequentemente relatórios de risco de liquidez ao BACEN. Tal levantamento é realizado de forma gerencial e sua avaliação é realizada em bases mensais, sendo que, para cada levantamento, o risco de liquidez é avaliado para os três meses seguintes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

4.3.2. Fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar e a receber de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas:

31 de dezembro de 2017

	Faixa de Prazo				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Ativos					
Ativos negociáveis em mercado ativo.....	697.025	10.997	186.876	7.380	-
Outras Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.471.465	129.572	355.460	38.746	-
Valores vinculados	105.024	71.325	89.894	21.870	-
Carteira de crédito.....	464.777	767.753	681.184	67.295	1.707
Derivativos.....	14.416	224.671	155.638	156.558	10.080
Outros ativos	18.636	33	-	-	-
Total	6.771.343	1.204.351	1.469.052	291.849	11.787
Passivos					
Operações compromissadas.....	1.078.043	-	-	-	-
Depósitos interfinanceiros.....	361.595	129.572	355.460	38.746	-
Depósito à vista	13.111	-	-	-	-
Depósito a prazo	9.466	290.268	139.976	699	-
Obrigações por empréstimos	3.896.347	669.617	663.732	86.723	-
Derivativos.....	23.608	204.777	111.613	153.490	9.315
Outros passivos.....	194.501	-	-	68.388	-
Total	5.576.671	1.294.234	1.270.780	348.046	9.315
Diferença (ativo e passivo).....	1.194.672	(89.883)	198.272	(56.197)	2.472

31 de dezembro de 2016

	Faixa de Prazo				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Ativos					
Ativos negociáveis em mercado ativo.....	342.663	-	271	109.264	-
Outras Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.888.853	148.155	237.750	45.980	-
Valores vinculados	87.846	5.662	153.585	97.146	-
Carteira de crédito.....	161.386	647.781	480.349	113.742	690
Derivativos.....	239.013	199.249	206.017	37.324	111.027
Outros ativos	105.946	24.258	38.525	332.569	-
Total	4.825.707	1.025.105	1.116.497	736.025	111.717
Passivos					
Operações compromissadas.....	841.305	53	-	-	-
Depósitos interfinanceiros.....	427.542	198.378	243.451	45.980	-
Depósito à vista	6.547	-	-	-	-
Depósito a prazo	621	314.101	235.205	348	-
Obrigações por empréstimos	2.347.007	571.203	256.869	81.437	2.445
Derivativos.....	88.149	209.804	42.088	689	68.535
Outros passivos.....	2.058.301	1.279.762	605.946	217.386	-
Total	5.769.472	2.573.301	1.383.559	345.840	70.980
Diferença (ativo e passivo).....	(943.765)	(1.548.196)	(267.062)	390.185	40.737

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

4.4. Risco operacional

Definição

Seguindo a definição do Banco Central do Brasil (Resolução 3.380/06) e documentos de referência da Basileia II, risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes direta ou indiretamente de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela Instituição. No Grupo Société Générale, esta definição inclui risco de reputação/imagem, mas exclui risco de estratégia.

O Grupo Société Générale adotou as seguintes categorias para classificar riscos operacionais:

1. Disputas comerciais;
2. Disputas com as autoridades;
3. Erros na avaliação de risco/determinação do preço;
4. Erros de execução;
5. Fraude e outras atividades criminais;
6. Negócios fraudulentos nos mercados de capital ("rogue trading");
7. Perda de capacidade/ambiente operacional;
8. Interrupção de sistemas.

O Société Générale identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles:

- Avaliação de riscos e controles inerentes das áreas, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia adotada pelo Société Générale. Essa avaliação é revisada no mínimo anualmente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição;
- Análise sistemática das perdas operacionais históricas;
- Monitoramento mensal de indicadores de riscos;
- Controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivos;
- Controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance");
- Controles anti-fraudes;
- Plano de continuidade de negócios;
- Comitê de novos produtos;
- Campanhas de conscientização dos colaboradores.

4.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo (*)

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	Valor contábil		Valor justo	
	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros.....	<u>2.249.171</u>	<u>1.535.885</u>	<u>2.249.171</u>	<u>1.535.083</u>
Empréstimos e recebíveis	<u>2.249.171</u>	<u>1.535.885</u>	<u>2.249.171</u>	<u>1.535.083</u>
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	483.491	179.369	483.491	179.369
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.982.716	1.544.071	1.982.716	1.543.269
Provisão para perda por redução no valor recuperável	<u>(217.036)</u>	<u>(187.555)</u>	<u>(217.036)</u>	<u>(187.555)</u>
Passivos financeiros.....	<u>6.730.977</u>	<u>4.618.010</u>	<u>6.731.281</u>	<u>4.618.010</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado	<u>6.730.977</u>	<u>4.618.010</u>	<u>6.731.281</u>	<u>4.618.010</u>
Depósitos de clientes	453.493	658.306	453.493	658.306
Depósitos de instituições financeiras	152.805	75	152.805	75
Captações no mercado aberto	801.959	697.459	801.959	697.459
Obrigações por empréstimos e repasses	5.322.720	3.262.170	5.323.024	3.262.170

(*) Para os valores justos dos ativos e passivos foi utilizada a mesma metodologia e modelos de precificação do Grupo, conforme notas explicativas nº 2.10 e nº 3.b.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

4.6. Gestão de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelos respectivos gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE, com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente.

O Conglomerado está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital estipulados pelo BACEN, objetivo alcançado com sucesso durante o período. o conglomerado cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito. A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basileia, apurados de acordo as normas do Banco Central do Brasil.

	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2017	2016
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado).....	PR	1.317.323	1.352.202
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	450.150	406.242
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	5.790	9.462
Valor da margem		861.383	936.498

Parcela	2017		2016	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	294.134	22%	261.787	19%
RWACAM	6.011	0%	3.782	0%
RWAJUR1	10.937	1%	13.963	1%
RWAJUR2	103.563	8%	100.226	7%
RWAJUR3	1.770	0%	63	0%
PACS	28	0%	120	0%
RWAOPAD	33.707	3%	26.301	2%

• Extrapolação

	2017	2016
Índice alcançado	27,07%	32,87%

■ 5. Caixa, equivalentes de caixa e reservas no BACEN

	2017	2016
Caixa	34.582	51.529
Caixa em moeda nacional	1.296	14.840
Caixa em moeda estrangeira	33.286	36.689
Equivalentes de caixa	4.949.462	3.650.954
Operações compromissadas	4.949.460	3.650.954
Certificados de depósitos interfinanceiros	2	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.984.044	3.702.483
Reservas no BACEN - em espécie	2.475	2.097
Total de caixa e equivalentes de caixa e reserva do Banco Central	4.986.519	3.704.580

As reservas bancárias não são consideradas como equivalentes de caixa para as Demonstrações Financeiras por não atenderem os critérios de classificação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

■ 6. Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação

(a) Títulos e valores mobiliários

	2017			2016		
	Curva	Valor Justo	Ajuste a valor justo	Curva	Valor Justo	Ajuste a valor justo
Carteira própria.....	688.001	697.025	9.024	332.244	334.667	2.423
Notas do Tesouro Nacional.....	213.431	221.844	8.413	178.277	180.923	2.646
Letras do Tesouro Nacional	442.762	443.359	597	70.057	69.798	(259)
Letras Financeiras do Tesouro.....	31.808	31.822	14	83.910	83.946	36
Vinculados à prestação de garantias	74.632	74.717	85	87.606	87.846	240
Notas do Tesouro Nacional.....	6.105	6.132	27	1.827	1.858	31
Letras do Tesouro Nacional	68.527	68.585	58	29.408	29.629	221
Letras Financeiras do Tesouro.....	-	-	-	56.371	56.359	(12)
Total	762.633	771.742	9.109	419.850	422.513	2.663

Títulos e valores mobiliários dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordadas com outros bancos são títulos de dívida pública e são reclassificados e apresentados separadamente como ativos dados em garantia para efeitos de balanço patrimonial.

(b) Instrumentos Financeiros Derivativos (não instrumento de *hedge*)

O Banco Société Générale participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão).

(i) *Swap*

Swaps de moeda e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por outro e resultam em uma troca econômica de moedas ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas (ou seja, *swaps* de moeda e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito do Banco Société Générale representa o custo potencial para repor os contratos de swap se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor nominal dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, o Banco Société Générale avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

(ii) Futuros de taxas de câmbio e de juros

Operações de futuro de taxas de câmbio e de juros são obrigações contratuais de pagamento ou recebimento de um valor líquido baseado em mudanças nas taxas de câmbio ou de juros, ou de compra ou venda de um instrumento financeiro em uma data futura a um preço especificado, estabelecido por um mercado financeiro organizado. O risco de crédito é mínimo, uma vez que os contratos de futuros são garantidos por caixa ou títulos e valores mobiliários e as mudanças no valor dos contratos são liquidadas diariamente por meio do câmbio. Contratos com taxa a termo são operações de futuro de taxas de juros negociadas individualmente que exigem a liquidação da diferença entre a taxa contratada e a taxa atual de mercado sobre o valor do principal, a ser paga em caixa, em uma data futura.

A composição líquida (ativo menos passivo) dos valores de referência e dos valores justos dos derivativos de negociação é a seguinte:

	2017		2016	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Risco de taxa de juros	5.654.400	(23.895)	4.982.120	(11.062)
Swaps.....	2.504.095	(25.289)	420.000	(11.117)
Contrato de futuros.....	3.150.305	1.394	4.562.120	55
Risco de moeda estrangeira	15.775.402	68.079	16.307.226	310.823
Swaps.....	2.253.515	57.901	3.869.164	240.958
NDFs.....	2.489.815	319	5.709.357	116.897
Compra e venda de opções.....	53.334	-	124.400	861
Operações a Termo	-	-	36.452	17
Contrato de futuros.....	10.978.738	9.859	6.567.853	(47.910)
Total	21.429.802	44.184	21.289.346	299.761

	2017	2016	2017	2016
	Valor dos contratos	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria	7.690.046	5.442.129	(12.812)	(46.214)
DDI	3.150.305	4.562.120	1.394	55
DI	3.288.692	1.125.724	165	(1.696)
Dólar	14.129.043	11.129.973	(11.253)	(47.855)

	2017	2016	2017	2016
	Valor de referência	Prêmio a pagar (receber)	Valor de referência	Prêmio a pagar (receber)
Opções				
Compra de Opção de compra	26.667	(1.384)	124.400	861
Compra de Opção de venda	26.667	1.384	-	-
Total	53.334	-	124.400	861

	2016
	Valor dos contratos
Compras a termo a receber.....	36.452
Obrigações por compra de termo a pagar....	(36.435)
Total	17

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2017

Swaps e NDF's

Indexador	Operações registradas na B3 S.A. Brasil,		
	Bolsa, Balcão	Curva	Mercado
CDI x DÓLAR	196.578	(5.201)	(4.933)
CDI x EURO.....	60.000	(4.473)	(4.591)
CDI x IPCA	29.100	24.523	(533)
CDI x LIBOR	100.000	(351)	(232)
CDI x LIBOR (Fluxo de caixa)	36.500	170	210
CDI x PRÉ	667.798	(5.211)	(28.885)
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	373.112	490	2.293
DÓLAR (NDF)	1.622.689	4.872	8.583
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	204.337	4.758	4.437
DÓLAR x LIBOR US\$ 3M (Fluxo de caixa)	194.514	(83)	(1.849)
DÓLAR x PRÉ	87.750	(19.469)	(25.630)
DÓLAR x PRÉ (Fluxo de caixa)	3.312	2.523	2.497
EURO (NDF)	848.285	(9.923)	(8.345)
IPCA x CDI	29.200	(24.601)	451
LIBOR US\$ 3M x Dólar (Fluxo de caixa)	194.514	91	1.907
LIBOR X DÓLAR (Fluxo de caixa)	36.520	(3)	(36)
PRÉ x CDI	1.791.381	14.632	1.303
PRÉ x DÓLAR	397.226	35.141	56.768
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	188.918	27.673	48.648
PRÉ X EURO	166.850	(20.926)	(19.213)
YEN (NDF)	18.842	(86)	81
	<u>7.247.426</u>	<u>24.546</u>	<u>32.931</u>

Em 31 de dezembro de 2016

Swaps e NDF's

Indexador	Operações registradas na B3 S.A. Brasil,		
	Bolsa, Balcão	Curva	Mercado
CAP x PRÉ	221.892	(6.263)	(10.762)
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	28.431	5.323	5.398
CDI x PRÉ (Fluxo de caixa)	55.000	60	(202)
CDI x EURO	334.427	117.518	117.127
CDI x IPCA	24.100	(114)	(354)
CDI x PRÉ (Termo)	365.000	-	(10.915)
CDI x DÓLAR	60.000	18.459	18.584
Cesta de Ações x PRÉ	375.739	6.243	10.762
DÓLAR x LIBOR US 3M (Fluxo de caixa)	441.296	(3)	(1.484)
DÓLAR x PRÉ (Fluxo de caixa)	11.263	8.285	8.383
DÓLAR (NDF)	4.074.158	103.746	110.830
DÓLAR x CDI (Fluxo de caixa)	100.000	88.232	94.380
EURIBOR x EUR ECB	119.368	(947)	(5.614)
EURIBOR x PRÉ	386.479	(116.894)	(117.287)
EURO (NDF)	1.616.993	(579)	4.036
FRANCO SUIÇO (NDF)	1.371	143	159
IPCA x CDI	24.200	92	280
JPY Reuters 11 NY (NDF)	217	50	52
LIBOR US 3M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	376.126	3	1.590
LIBRA ESTERLINA (NDF)	16.617	1.623	1.820
PRÉ x 9,78%EURIBOR + EUR ECB	119.072	56.511	51.545
PRÉ x DÓLAR	253.867	12.127	20.257
PRÉ x DÓLAR (Fluxo de caixa)	700.647	46.283	34.027
PRÉ x EURIBOR	60.000	(4.773)	(4.391)
PRÉ x EURO	232.258	17.428	18.517
	<u>9.998.521</u>	<u>352.553</u>	<u>346.738</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

A composição dos valores de referência *notional* e/ou contratuais dos derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	2017						Total
	Até três meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
Swaps.....	381.680	640.755	2.554.120	1.082.473	98.582	-	4.757.610
NDFs.....	891.091	670.266	574.781	334.561	19.116	-	2.489.815
Compra e venda de opções.....	-	-	53.334	-	-	-	53.334
Contrato de futuros.....	9.229.280	910.929	2.699.696	1.175.468	113.670	-	14.129.043
	<u>10.502.051</u>	<u>2.221.950</u>	<u>5.881.931</u>	<u>2.592.502</u>	<u>231.368</u>	<u>-</u>	<u>21.429.802</u>

	2016						Total
	Até três meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
Swaps.....	585.746	1.111.126	1.517.212	491.750	583.330	-	4.289.164
NDFs.....	2.780.173	2.014.964	621.200	35.572	257.448	-	5.709.357
Compra e venda de opções.....	-	124.400	-	-	-	-	124.400
Operações a Termo.....	36.452	-	-	-	-	-	36.452
Contrato de futuros.....	3.729.364	4.126.369	1.121.779	1.131.542	793.686	227.233	11.129.973
	<u>7.131.735</u>	<u>7.376.859</u>	<u>3.260.191</u>	<u>1.658.864</u>	<u>1.634.464</u>	<u>227.233</u>	<u>21.289.346</u>

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco Société Générale, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco Société Générale, principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros é reconhecido na rubrica "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negociação", na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* estão apresentados na nota explicativa nº 21 - "Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação – *hedge*".

■ 7. Ativos financeiros disponíveis para venda

	2017			2016		
	Curva	Valor justo	Ajuste a valor justo	Curva	Valor justo	Ajuste a valor justo
Carteira própria.....	192.211	205.253	13.042	117.176	117.531	355
Letras do Tesouro Nacional.....	184.834	197.873	13.039	86.764	87.156	392
Letras Financeiras do Tesouro.....	7.377	7.380	3	30.412	30.375	(37)
Vinculados à prestação de garantias.....	205.878	213.396	7.518	249.958	256.394	6.436
Letras do Tesouro Nacional.....	153.708	161.219	7.511	229.754	236.214	6.460
Letras Financeiras do Tesouro.....	21.863	21.870	7	20.204	20.180	(24)
Certificados de Depósitos Bancários.....	30.307	30.307	-	-	-	-
Total.....	<u>398.089</u>	<u>418.649</u>	<u>20.560</u>	<u>367.135</u>	<u>373.925</u>	<u>6.790</u>

O ajuste a valor justo para títulos disponíveis para a venda é contabilizado em resultados abrangentes líquidos de efeito fiscal. O saldo de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 11.308 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.995 em 31 de dezembro de 2016), conforme nota explicativa nº20 – "Efeito dos impostos sobre a renda em outros resultados abrangentes".

A movimentação do saldo de ativos financeiros disponíveis para venda nos exercícios está apresentada a seguir:

	2017	2016
Saldo inicial.....	373.925	542.579
Variação cambial dos ativos monetários.....	50.676	65.450
Adições.....	58.760	248.195
Alienações.....	(64.773)	(482.238)
Perdas por redução do valor recuperável.....	61	(61)
Saldo final.....	<u>418.649</u>	<u>373.925</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

■ 8. Empréstimos e recebíveis

(a) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	2017	2016
Operações de arrendamento mercantil financeiro.....	206.038	34.218
Outros empréstimos a instituições financeiras	277.454	145.150
Total	483.492	179.368

Os empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras referem-se a operações de Arrendamento Mercantil Financeiro com direcionamento para "Instituições Financeiras" e operações compromissadas com instituições financeiras com prazo superior à 30 dias.

A Administração do banco avaliou a carteira de empréstimos e adiantamentos a Instituições Financeiras e não identificou evidências para contabilização de "provisão para perda por redução ao valor recuperável".

(b) Empréstimos e adiantamentos a clientes

Composição dos saldos de empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo e setor do devedor, fórmula da taxa de juros, vencimento e concentração:

	2017	2016
Empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo		
Empréstimos e títulos descontados	287.959	73.170
Financiamentos	470.392	166.399
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber	556.880	427.439
Operações de arrendamento mercantil financeiro.....	667.485	877.064
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.982.716	1.544.072

Por setor do devedor

Indústria	1.004.848	581.523
Comércio.....	337.035	336.171
Pessoas físicas.....	251	23.705
Outros setores	640.582	602.674
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.982.716	1.544.072

Por fórmula da taxa de juros

Juros prefixados.....	1.023.393	587.668
Juros pós-fixados	959.324	956.404
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.982.716	1.544.072

Por vencimento

Vencidas a partir de 15 dias	166.941	176.861
A vencer até 3 meses.....	297.836	108.402
A vencer de 3 a 12 meses.....	767.753	651.194
A vencer acima de um ano	750.186	607.615
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.982.716	1.544.072

Por concentração

Principal devedor	419.278	299.776
10 seguintes maiores devedores	929.057	867.661
20 seguintes maiores devedores	536.612	200.737
50 seguintes maiores devedores	78.481	123.022
100 seguintes maiores devedores	19.289	40.050
Demais devedores.....	-	12.826
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.982.716	1.544.072
Provisão de perda por redução no valor recuperável	(217.036)	(187.555)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.765.680	1.356.517

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

(c) Provisão de perda por redução ao valor recuperável

As variações na provisão de perda por redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica “Empréstimos e recebíveis” são as seguintes, por setor do devedor:

	Empréstimos e títulos		Financiamentos		Operações de arrendamento mercantil		Total	
	descontados							
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Saldo Inicial de provisão de perda por redução no valor recuperável	13.439	61.624	151.106	153.516	23.010	18.943	187.555	234.083
Indústria	-	-	151.105	153.451	10.134	11.638	161.238	165.089
Comércio.....	2.183	1	-	-	3.963	-	6.146	1
Pessoas físicas.....	8.057	61.623	-	65	-	-	8.058	61.688
Outros setores	3.199	-	-	-	8.914	7.305	12.113	7.305
Constituição de saldos contra provisão de perdas por redução no valor recuperável	3.763	17.577	18.149	14	8.986	4.067	27.322	21.658
Indústria	-	-	18.149	-	411	(1.505)	18.560	(1.505)
Comércio.....	3.763	2.182	-	-	-	3.963	3.763	6.145
Pessoas físicas.....	-	12.196	-	14	-	-	-	12.210
Outros setores	-	3.199	-	-	8.575	1.609	4.999	4.808
Baixa de saldos contra provisão de perdas por redução no valor recuperável ..	2.159	(65.762)	-	(2.425)	(3.576)	-	2.159	(68.186)
Indústria	-	-	-	(2.346)	-	-	-	(2.346)
Comércio.....	-	-	-	-	(3.576)	-	-	-
Pessoas físicas.....	2.159	(65.762)	-	(79)	-	-	2.159	(65.840)
Outros setores	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final de provisão de perda por redução no valor recuperável.....	19.361	13.439	169.255	151.106	28.420	23.010	217.036	187.555

Recuperações de empréstimos e recebíveis baixados para prejuízo (*) - 19.135 - 895 - - - 20.030

O saldo de operações de crédito renegociados no exercício de 2017 é R\$ 0 (R\$ 2 em 2016).

(*) Nota explicativa nº 22.

(d) Operações de arrendamento mercantil financeiro

Apresentamos abaixo a reconciliação entre o investimento total bruto nos arrendamentos financeiros e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos a receber, assim como a análise do valor presente mínimo a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

	2017	2016
O valor presente dos valores mínimos a receber de arrendamentos financeiros pode ser analisado da seguinte forma:	667.485	877.064
Até 1 ano	285.765	346.236
Entre 1 e 5 anos.....	381.720	530.138
Acima de 5 anos.....	-	690

As operações de arrendamento financeiro estão inseridas na nota explicativa nº8, sub-itens (a) e (b) – “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, e estão divulgadas na mesma linha no balanço patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

(e) Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

O Banco Société Générale avalia a evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa n  2 - "Principais práticas contábeis").

Demonstramos a seguir a composição da perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos para os exercícios indicados:

	Empréstimos e títulos descontados		Financiamentos		Operações de arrendamento mercantil		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial.....	13.439	61.624	151.106	153.516	23.010	18.943	187.555	234.083
Adições.....	3.763	17.577	18.149	14	5.410	4.067	27.322	21.658
Indústria.....	-	-	18.149	-	411	(1.505)	18.560	(1.505)
Comércio.....	3.763	2.182	-	-	-	3.963	3.763	6.145
Pessoas físicas.....	-	12.196	-	14	-	-	-	12.210
Instituições financeiras.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros setores.....	-	3.199	-	-	4.999	1.609	4.999	4.808
Baixas como prejuízo.....	2.159	(65.762)	-	(2.424)	-	-	2.159	(68.186)
Indústria.....	-	-	-	(2.346)	-	-	-	(2.346)
Comércio.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas físicas.....	2.159	(65.762)	-	(78)	-	-	2.159	(65.840)
Instituições financeiras.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros setores.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final.....	19.361	13.439	169.255	151.106	28.420	23.010	217.036	187.555

■ 9. Ativos não correntes mantidos para a venda e operações descontinuadas

	2017	2016
Imóveis.....	29	33
Bens reintegrados.....	2.529	2.202
Total.....	2.558	2.235

Imóveis e veículos retomados através da execução de garantia de contratos de empréstimos e financiamentos, reconhecidos contabilmente pelo valor de mercado do bem deduzido das despesas com vendas, como por exemplo, custo do leiloeiro, multas e taxas.

A venda dos bens é realizada através de leilão ou de forma direta. O prazo esperado para a venda dos bens de até um ano. Bens não vendidos há mais de um ano são reduzidos ao seu valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram vendidos ativos não correntes mantidos para a venda no montante de R\$ 2.963 e R\$ 9.720 respectivamente. O lucro na venda foi de R\$ 287 em 31 de dezembro de 2017 (2016 de R\$ 2.126).

Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do banco decidiu pelo encerramento das operações do Banco Pecúnia S.A., deixando de conceder novos empréstimos e assim o classificou como operações descontinuadas mantido para venda. A administração considerou que a controlada satisf z os critérios para ser classificada desta maneira naquela data. Em 2015, o encerramento das operações ocorreu através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, associada a alienações de parte substancial de sua carteira de financiamento de veículos. Em 18 de fevereiro de 2016, a Administração assinou a alienação do Banco Pecúnia S.A. e por esta razão a classifica em ativos de operações descontinuadas mantidos para venda no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A concretização da venda foi autorizada pelo Banco Central e concretizada em 31 de maio de 2017 pelo valor contábil total de R\$ 53.300. Esta alienação foi homologada pelo Banco Central no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2017, desta forma, o Banco Pecúnia S.A. não faz mais parte do conglomerado financeiro a partir desta data.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

Em consonância com o IFRS 5 Ativos Não-correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, segue o resultado do exercício de 2016 do Banco Pecúnia:

	2016
Receita.....	37.172
Despesa.....	(72.295)
Lucro bruto	(35.123)
Perda por redução ao valor recuperável reconhecida quando do recálculo do valor justo menos custos de venda	950
Prejuízo da operação descontinuada antes dos impostos	(34.173)
Receita tributária.....	(428)
Relacionada a lucro (prejuízo) antes do imposto	(428)
Prejuízo do exercício da operação descontinuada	(34.601)

As principais classes de ativos e passivos do Banco Pecúnia em 31 de dezembro são:

Ativo	122.498
Caixa, equivalentes de caixa e reservas no Banco Central	61.753
Ativos financeiros.....	10.111
Empréstimos e recebíveis	4.961
Créditos tributários	259
Outros ativos	45.414
Passivo	122.498
Provisões.....	63.698
Outros passivos.....	1.699
Reserva de grupo de alienação classificado como mantido para venda	57.101

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pelo Banco Pecúnia são:

Atividades operacionais.....	(27.450)
Atividades de investimentos	1
Atividades de financiamento	(6.061)
Caixa líquido (usado) / gerado	(33.510)

Os valores de ativo e passivo estão apresentados pelo valor bruto das eliminações, os valores líquidos do ativo e passivo são, respectivamente, R\$ 61.237 e R\$ 64.391 como apresentados no balanço patrimonial.

■ 10. Ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Software	Imobilizado de arrendamento	Outros	Total
Aquisições	1.872	127	31.317	(1)	33.315
Baixa do custo	(942)	(18.472)	(2.129)	(4.145)	(25.688)
Baixa da depreciação	769	17.043	1.596	3.204	22.612
Despesa de depreciação (nota explicativa nº 29).....	(1.277)	(340)	(5.629)	(31)	(7.277)
Em 31 de dezembro de 2017.....	<u>422</u>	<u>(1.642)</u>	<u>25.155</u>	<u>(973)</u>	<u>22.962</u>
Em 31 de dezembro de 2017					
Custo.....	11.487	2.347	48.830	108	62.772
Depreciação acumulada	(7.839)	(1.803)	(10.136)	(45)	(19.823)
Valor contábil.....	<u>3.648</u>	<u>544</u>	<u>38.694</u>	<u>63</u>	<u>42.949</u>
Em 31 de dezembro de 2015					
Aquisições	1.216	35	1.903	232	3.386
Baixa do custo	(821)	(8)	(11.828)	(2.774)	(15.431)
Baixa da depreciação	457	2	7.688	2.215	10.362
Despesa de depreciação (nota explicativa nº 29).....	(1.338)	(2.445)	(3.261)	(569)	(7.613)
Em 31 de dezembro de 2016.....	<u>(486)</u>	<u>(2.416)</u>	<u>(5.498)</u>	<u>(896)</u>	<u>(9.296)</u>
Em 31 de dezembro de 2016					
Custo.....	10.557	20.692	19.642	4.254	55.145
Depreciação acumulada	(7.331)	(18.506)	(6.103)	(3.218)	(35.158)
Valor contábil.....	<u>3.226</u>	<u>2.186</u>	<u>13.539</u>	<u>1.036</u>	<u>19.987</u>

As despesas de depreciação foram contabilizadas na conta "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

Não foram capitalizados custos de empréstimos relacionados à aquisição de ativos imobilizados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

11. Ativos intangíveis

	Ágio na aquisição de empresas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo:			
Em 31/12/2015	397.775	432	398.207
Adições	-	76	76
Em 31/12/2016	397.775	508	398.283
Vida útil definida.....	-	508	508
Vida útil indefinida.....	397.775	-	397.775
Amortização:			
Em 31/12/2015	(397.775)	(254)	(398.029)
Adições	-	(72)	(72)
Em 31/12/2016	(397.775)	(326)	(398.101)
Saldo líquido.....	-	182	182
Custo:			
Em 31/12/2016	397.775	514	398.289
Adições	-	177	177
Baixas operações descontinuada.....	(397.775)	(4)	(397.779)
Redução pelo valor recuperável (impairment)	-	(79)	(79)
Em 31/12/2017	-	608	608
Vida útil definida	-	608	608
Amortização:			
Em 31/12/2016.....	(397.775)	(326)	(398.101)
Adições	-	(85)	(85)
Baixas.....	397.775	-	397.775
Redução pelo valor recuperável (impairment)	-	57	57
Em 31/12/2017	-	(354)	(354)
Saldo líquido.....	-	254	254

Os ativos intangíveis registrados com vida útil definida são representados por intangíveis gerados internamente, os quais encontram-se em fase de desenvolvimento.

12. Outros ativos

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais.....	444	321
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	17
Impostos e contribuições a compensar.....	78.170	118.574
Devedores por depósitos em garantia (i).....	428.560	396.562
Devedores por compra de valores e bens.....	300	-
Devedores diversos no exterior - partes relacionadas (ii).....	5.582	10.693
Devedores diversos banqueiros no exterior.....	159.179	34.396
Relações com correspondentes	-	565
Negociação e Intermediação de valores.....	5	59
Comissões a receber	230	301
Créditos vinculados - Banco Central	288	38
Créditos vinculados - Outros Bancos	1.006	-
Valores a receber de soc ligadas	2	2
Outros	3.208	1.985
Total	676.974	563.513

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

(i) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de "Box quatro pontas", totalizando R\$ 56.644 em dezembro de 2017 (R\$ 53.462 em 2016), pedidos de compensação de IRRF no montante de R\$ 35.263, a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 128.377 (R\$ 121.982 em 2016), processos trabalhistas e cíveis, oriundos da incorporada Banco Cacique, no montante de R\$ 75.500, processos referentes a desmutualização da BM&FBOVESPA em R\$ 94.878 (R\$ 86.816 em 2016) na incorporada SG CCTVM.

(ii) Refere-se a serviços prestados pelo Banco Société Générale no exterior (nota explicativa nº 34).

■ 13. Passivos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação

Os saldos de passivos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negociação correspondem aos derivativos, cujo valor justo nas referidas datas-base do exercício sejam negativos e que não sejam objetos de hedge.

	2017	2016
Valor justo negativo em derivativos - Swap	(497.969)	(401.300)

Os valores a liquidar referentes aos contratos de futuros estão classificados como "Outros passivos" no balanço patrimonial e estão apresentadas na nota explicativa nº 6.b) ii – "Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação - Futuros de taxas de câmbio e de juros"

■ 14. Depósitos de clientes

	2017	2016
Pessoas jurídicas	451.530	657.000
Depósitos à vista	13.085	6.503
Depósitos a prazo	438.445	548.969
Depósitos interfinanceiros	-	101.528
Pessoas físicas	1.963	1.306
Depósitos a prazo	1.963	1.306
Total de depósito de clientes	453.493	658.306

■ 15. Depósitos de instituições financeiras e captações no mercado aberto

	2017	2016
Depósitos interfinanceiros	152.805	75
Operações compromissadas	801.959	697.459
Total de depósito de instituições financeiras e captações no mercado aberto	954.764	697.534

■ 16. Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros e de empréstimos e repasses

	2017	2016
Obrigações por empréstimos	5.319.490	3.259.341
Obrigações em moeda estrangeira - exportação e importação (i)	492.125	404.685
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (ii)	3.566.323	2.154.266
Obrigações por empréstimos no exterior (iii)	1.255.981	688.495
Empréstimos em moeda nacional	5.061	11.895
Obrigações por repasses no exterior	325	2.829
Obrigações por repasses no exterior (iv)	325	2.829
Total de obrigações por empréstimos e repasses	5.319.815	3.262.170

(i) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-Cayman com vencimentos até 2018 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 2,12% ao ano em 2017 (1,56% ao ano em 2016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

A Controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil em 11 de outubro de 2012, a Sociedade captou empréstimo com o Banco HSBC Brasil, vinculado com base nos recebíveis de operações de arrendamento mercantil da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, contratadas segundo a Resolução 2.921/02 do CMN, no montante de R\$ 27.928, com juros de 0,55% a.a. e taxa de 100% do CDI, e vencimento em 3 de outubro de 2016. Nova captação com essas mesmas características ocorreu em 28 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 7.556, com juros de 0,558% a.a. e taxa de 100% do CDI, com vencimento em 3 de dezembro de 2016. Em 23 fevereiro de 2017, nova captação com essas mesmas características ocorreu junto ao Banco Safra vinculado nos recebíveis de operações de arrendamento mercantil da Tecban – Tecnologia Bancária, no montante de R\$ 33.203, com juros de 3,20% a.a. e com taxa de 100% do CDI, com vencimentos entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021. Em 15 de dezembro de 2017 parte das operações foram liquidadas antecipadamente.

(ii) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2018, sujeitos à variação cambial e juros de até 1,75% ao ano em 2017 (0,75% ao ano em 2016)..

(iii) Referem-se a empréstimos, centralizados com a Société Générale-Paris e Société Générale-Cayman e Inter-American Development Bank, com vencimentos até 2020, sujeitos à variação cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2017 (3,93% ao ano em 2016).

(iv) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 1,6% ao ano em 2017 (3,5% ao ano em 2016).

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste favorável de R\$ 187 (em 2016 desfavorável em R\$ 3.468).

A Controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2022, sujeitos à variação cambial e juros de até 4,51% ao ano, e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

Em 4 de Dezembro de 2013, a Sociedade captou empréstimo com o Banco KFW IPEX-Bank GmbH, no montante de R\$ 97.211, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 6 de novembro de 2017.

Em 24 de novembro, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R\$ 66.085, com taxas praticadas no mercado e vencimento em 15 de outubro de 2022.

■ 17. Provisões

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Saldos das provisões constituídas

	2017	2016
Ações fiscais	175.101	163.992
Ações trabalhistas	179.580	152.231
Ações cíveis	31.146	14.313
Total	385.827	330.536

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

(b) Movimentação das provisões

	2017			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial.....	163.992	152.231	14.313	330.536
Incorporação Cacique (***)	(927)	50.572	(1.454)	48.191
Incorporação CCTVM(***).....	372	-	-	372
Constituição (*)	13	1.536	17.600	19.149
Ajustes/(Baixas)	-	(2)	1	(1)
Reversão (*)	-	(24.757)	-	(24.757)
Atualização (*).....	11.651	-	686	12.337
Saldo final.....	175.101	179.580	31.146	385.827
Devedores por depósitos em garantia	352.904	67.432	8.224	428.560

	2.016			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial.....	163.482	127.679	16.865	308.026
Operações descontinuadas				
Constituição (*)	8.112	12.540	974	21.626
Ajustes/(Baixas)	2	1	(1)	2
Reversão (*)	(18.938)	(9.539)	(3.979)	(32.456)
Atualização (*).....	9.058	4.977	1	14.036
Incorporação (**).	2.276	16.573	453	19.302
Saldo final.....	163.992	152.231	14.313	330.536
Devedores por depósitos em garantia	330.436	58.323	7.785	396.544

(*) Nota explicativa nº 30

(**) Valores incorporados da entidade Credial no Banco Cacique S/A em outubro/2016.

(***) Incorporação das entidades Banco Cacique S/A e SG CCTVM em outubro/2017 e dezembro/2017, respectivamente.

(c) Detalhamento das ações fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

31 de dezembro de 2017	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis	175.101	175.101	202.201	179.580	31.146	31.146	408.448	385.827
Perdas possíveis e obrigações legais	240.736	-	692.530	-	26.360	-	959.626	-
Perdas remotas	45.121	-	7.734	-	16.674	-	69.529	-
Saldo final.....	460.958	175.101	902.465	179.580	74.180	31.146	1.437.603	385.827

31 de dezembro de 2016	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis	157.898	157.898	162.248	152.231	12.822	12.822	332.968	322.951
Perdas possíveis e obrigações legais	341.224	6.094	769.394	-	21.106	1.491	1.131.724	7.585
Perdas remotas	42.580	-	2.663	-	16.999	-	62.242	-
Saldo final.....	541.702	163.992	934.305	152.231	50.927	14.313	1.526.934	330.536

Ações fiscais e obrigações legais

Referem-se a obrigações legais e ações relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

Ações classificadas como risco de perda provável

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril/91 a março/92 – em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 4.076 (R\$ 3.982 em 2016);
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 109.616 (R\$ 99.212 em 2016);
- Plano Verão - Ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990 – O Valor provisionado de R\$ 9.725 para o Banco Cacique S.A foi integralmente revertido em 2016, em face de decisão definitiva favorável aos contribuintes pelo STF em sede de repercussão geral;
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira ("Box quatro Pontas") realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 42.427 (R\$ 41.421 em 2016).
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 na incorporada SG CCTVM – em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 8.413.

Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 35.263 (R\$ 35.531 em 2016);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente ao ano 2008 – em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 49.329 (R\$ 46.558 em 2016);
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual B3), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais no valor de R\$ 102.636 - em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 112.297, sendo R\$ 101.000 oriundos da incorporação da SG CCTVM

Ações trabalhistas

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Ações cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

18. Passivos tributários diferidos e Outros passivos

a) Passivos tributários diferidos

	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições diferidas a pagar (i)	77.640	67.719
Total	77.640	67.719

(i) Conforme nota explicativa nº 33.d. – “Imposto de renda e contribuição social”

b) Outros passivos

	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições correntes a pagar	114.494	163.727
Carteira de câmbio	72.019	23.861
Cheques administrativos	-	41
Provisão com despesas de pessoal	19.014	20.966
Provisão para despesas de publicação	193	266
Provisão para pagamentos a efetuar	41.040	37.058
Recebimentos a processar	-	379
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (i)	84	13.074
Valores a pagar - partes relacionadas	-	93
Provisão para despesas com consultoria	2.384	149
Provisão para despesas com advogados	41	398
Provisão para despesas com auditoria	164	407
Provisão para Fundo Garantidor de Crédito	60	46
Provisão para garantias prestadas	-	5.165
Operações a liquidar BM&F	11.253	46.323
Fundo de reserva de financiamento	-	14.635
Outras	25.148	23.254
Total	285.894	349.842

(i) Refere-se a serviços prestados pelo Société Générale Corporate & Investment Bank – Paris (nota explicativa nº 34).

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Quantidade em 31 de dezembro de 2016			
Domiciliadas no exterior	508.474	508.474	1.016.948
	508.474	508.474	1.016.948
Quantidade em 31 de dezembro de 2017			
Domiciliadas no exterior	508.474	508.474	1.016.948
	508.474	508.474	1.016.948

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Aumento de capital

Em 13 de março de 2017, houve aumento de capital de R\$ 10.000, mediante emissão de 49.053 novas ações ordinárias nominativas, na controlada Banco Cacique S.A., passando o capital a ser de R\$ 809.579 e o total de 1.240.445 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 20 de março de 2017. Em 01 de agosto de 2016, houve a Cisão Parcial do Banco Pecúnia, com versão da parcela cindida para o Banco Cacique S.A., que teve o capital social aumentado em R\$ 6.061, líquido dos valores da reserva de capital e reserva de reavaliação, com emissão de 27.248 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 799.579 e o total de 1.191.392 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. Em 12 de fevereiro de 2016, houve aumento do Capital Social de R\$ 45.000, representado por 1.639.644 ações, na controlada SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil, passando assim para um total de 4.897.002 ações, mediante a emissão de 819.822 ações ordinárias e 819.822 ações preferenciais. Este aumento do Capital Social foi aprovado pelo Bacen em 16 de fevereiro de 2016. Em 02 de fevereiro de 2016, houve aumento de capital de R\$ 60.000, mediante emissão de 269.760 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 793.518 e o total de 1.164.144 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 12 de fevereiro de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

d) Ajustes de avaliação patrimonial - Ativos financeiros disponíveis para a venda

	2017	2016
Saldo inicial.....	3.995	(6.607)
Ajuste a valor justo (líquido de impostos)	7.313	10.602
Saldo final.....	11.308	3.995

e) Hedge de fluxo de caixa

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de *hedge*, conforme descrito na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - *hedge*.

	2017	2016
Saldo inicial.....	(2.532)	5.259
Movimentação líquida.....	(3.766)	(7.791)
Saldo final.....	(6.298)	(2.532)

20. Efeito dos impostos sobre a renda em outros resultados abrangentes

	2017			2016		
	Antes dos impostos	Benefício fiscal	Líquido de impostos	Antes dos impostos	Benefício fiscal	Líquido de impostos
Ganho/(perda) não realizado em ativos financeiros disponíveis para a venda ...	20.560	(9.252)	11.308	7.234	(3.239)	3.995
Hedge de fluxo de caixa.....	(14.107)	6.348	(7.759)	(14.595)	6.803	(7.791)
Total	6.453	(2.904)	3.549	(7.361)	3.565	(3.796)

21. Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação – *hedge*

O Banco Société Générale possui contratos derivativos negociados em bolsa utilizados como instrumentos de *hedge*, em estratégia de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa

Nossa estratégia de *hedge* visa proteger as alterações no fluxo de caixa devido a variações cambiais das captações externas. A taxa do CDI é considerada a taxa referencial de mercado financeiro brasileiro e é fixada diariamente. A estratégia de *hedge* torna o fluxo de caixa constante no que se refere à volatilidade da taxa CDI. Para proteger a variabilidade do fluxo de caixa futuro de possíveis variações na taxa de câmbio o Banco Société Générale utiliza contratos de derivativos negociados na BM&FBOVESPA.

	2017	
	Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI
Empréstimos	(446.622)	-
DDI	442.508	(466.704)
DI	-	441.816
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		(11.451)
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		5.153

	2016	
	Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI
Empréstimos	(494.586)	-
DDI	493.256	(482.889)
DI	-	464.598
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		(4.604)
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		2.072

22. Receitas de juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização das operações de *hedge accounting*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

A composição dos principais itens referentes às receitas de juros e similares auferidos durante os exercícios está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55	-
Aplicações em operações compromissadas.....	567.586	947.187
Aplicações no exterior.....	9.399	171
Empréstimos e adiantamentos	46.799	71.750
Operações de câmbio	43.400	54.493
Títulos de renda fixa.....	84.793	136.966
Tarifas com emissões e abertura de crédito.....	-	202
Recuperação de créditos baixados (nota explicativa nº 8.c)	165	23.990
Receita de arrendamento financeiro e operacional	134.626	144.262
Outros	-	8
Total	886.823	1.379.029

■ 23. Despesas de juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo, como resultado da contabilização das operações de *hedge accounting*.

A composição dos principais itens referentes às despesas de juros e similares auferidos durante os exercícios está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Depósitos a prazo	39.639	26.982
Depósitos interfinanceiros.....	42.805	3.271
Empréstimos no exterior	329.849	178.718
Obrigações com banqueiros no exterior	47.728	55.374
Operações compromissadas	118.433	139.073
Repasse do País	386	506
Outros	573	1.110
Total	579.413	405.034

■ 24. Resultado líquido de tarifas e comissões

A rubrica “Receitas de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco Société Générale nos exercícios, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A rubrica “Despesas de tarifas e comissões” mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar nos exercícios, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessas rubricas está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Receita de tarifas e comissões	1.368	543
Cobrança.....	-	771
Garantias prestadas	6	2.478
Tarifas bancárias.....	-	(21)
Colocação de títulos	1.428	-
Outros serviços	153	1
Resultados líquido de tarifas e comissões	2.955	3.772
Total das receitas de tarifas e comissões.....	2.955	3.793
Total das despesas de tarifas e comissões.....	-	(21)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

■ 25. Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação

Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação

	2017	2016
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação	5.953	(4.457)
Lucros com títulos de renda fixa	21.376	26.885
Prejuízos com títulos de renda fixa	(12.023)	(34.832)
TVM - Ajuste negativo ao valor de mercado	(3.400)	(859)
TVM - Ajuste positivo ao valor de mercado	-	4.349
Derivativos	(254.586)	(2.038.544)
Swaps	16.084	965.418
Futuros	(269.810)	(3.006.953)
Opções	(860)	2.991
Total	(248.633)	(2.043.001)

■ 26. Resultado de títulos e valores mobiliários – disponíveis para venda e derivativos não destinados à negociação

	2017	2016
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	1.198	2.301
Lucros com Títulos de Renda Fixa (TVM)	891	2.450
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa (TVM)	-	(149)
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	307	-
Derivativos - não destinados a negociação	(4.483)	(25.014)
Swaps	-	(281)
Futuros	(4.483)	(24.733)
Total	(3.285)	(22.713)

■ 27. Despesas de pessoal

	2017	2016
Benefícios de curto prazo	2.379	2.065
Proventos	37.638	50.865
Honorários	2.471	2.956
Benefícios	8.825	12.018
Encargos sociais	19.005	23.454
Treinamentos	417	441
Estagiários	869	968
Benefícios pós-emprego	-	76
Benefícios rescisórios	-	2.717
Aviso prévio	-	1.203
Indenizações	6.714	30.597
Bonus/PLR	17.852	16.402
Total	96.170	143.762

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

■ 28. Despesas administrativas

	2017	2016
Água, energia e gás	166	269
Aluguéis	4.356	4.937
Arrendamentos de bens	31	118
Comunicações	1.482	2.143
Contribuições filantrópicas	2.030	2.799
Manutenção e conservação de bens	850	1.735
Material	130	226
Despesa de processamento de dados	7.696	17.217
Promoções e relações públicas	1.655	767
Propaganda e publicidade	149	216
Publicações	131	202
Auditoria	-	73
Seguros	217	572
Serviços do sistema financeiro	19.730	13.852
Serviços de terceiros	1.536	7.855
Serviços de vigilância e segurança	124	122
Serviços técnicos especializados	15.803	28.572
Transporte	458	600
Viagem ao exterior	1.124	1.283
Viagem no país	197	581
Multas aplicadas pelo Banco Central	4	6
Outras Despesas Administrativas	3.426	9.782
Total	61.295	93.927

■ 29. Depreciação e amortização

	2017	2016
Depreciação de imobilizado (nota explicativa nº 10)	7.277	7.613
Amortização de intangível (nota explicativa nº 11)	85	72
Total	7.362	7.685

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

■ 30. Outras receitas (despesas) operacionais

	2017	2016
Rendas de outros serviços	10.266	13.251
Recuperação de encargos e despesas	-	15.601
Reversão de provisão de prestação de serviços no exterior	-	43
Atualização de depósitos judiciais	17.764	28.157
Descontos obtidos	897	7
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(623)	(292)
Despesas não Operacionais	(10)	(707)
Receitas não Operacionais	1.114	2.786
Despesas Tributárias	(16.585)	(23.915)
Variações e Diferenças de Taxas	235.094	1.542.267
Provisão para ações fiscais (*)	(13)	(8.112)
Atualização de ações fiscais (*)	(11.651)	(9.058)
Provisão para ações trabalhistas (*)	(1.536)	(12.540)
Atualização de ações trabalhistas (*)	-	(4.977)
Provisão para ações cíveis (*)	(17.600)	(974)
Atualização de ações cíveis (*)	(686)	(1)
Reversão de provisão para ações fiscais (*)	-	18.938
Reversão de provisão para ações trabalhistas (*)	24.757	9.539
Reversão de provisão para ações cíveis (*)	-	3.979
Provisão para pagamento de gratificação	2.333	2.078
Descontos concedidos	-	(441)
Provisão de prestação de serviços no exterior	(21)	(3)
Provisão para doações	(100)	-
Provisão para pagamentos de serviços técnicos especializados	-	(245)
Provisão para pagamentos de honorários advocatícios	47	(904)
Reversão de honorários advocatícios	431	284
Reversão de provisões de serviços de auditoria	570	477
Provisão para garantias	(23)	-
Reversão de provisão para garantias	13.075	-
Despesas com fraudes	-	(37)
IOF de crédito bancado sobre operações	-	(1)
Outras despesas operacionais	(8.831)	(28.758)
Outras receitas operacionais	31.026	5.441
Total	279.695	1.551.883

(*) Nota explicativa nº 17.b

■ 31. Compromissos de crédito (off balance)

Os valores não reconhecidos (off balance) referente a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	2017	2016
Avais e fianças	66.775	85.350
Outras garantias prestadas	223.171	500.226
	289.946	585.576

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

■ 32. Plano de pagamento baseado em ações

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

A seguir, demonstramos os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, cujas contrapartidas encontram-se registradas em Reserva de capital - plano de pagamento baseado em ações R\$ 276 (R\$ 26 em 2016):

	2017	2016
Plano de ações livres	377	1.170
Plano de ações diferidas.....	1.917	848
Total	<u>2.294</u>	<u>2.018</u>
Saldo no início do exercício	2.018	1.784
Constituição	276	171
Canceladas	-	(145)
Incorporação líquida da variação em controlada (Controlada Banco Cacique S/A).....	-	208
Saldo no fim do exercício	<u>2.294</u>	<u>2.018</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

■ 33. Imposto de renda e contribuição social

(a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
	<u>Imposto de renda</u>		<u>Contribuição social</u>	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias no lucro....	46.209	196.904	46.209	196.904
Alíquotas vigentes.....	25%	25%	20%	20% e 9%
Receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(11.552)	(49.226)	(9.242)	(40.628)
(a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes				
(-) Incentivo fiscal	(389)	(611)	(311)	(487)
(-) Juros indedutíveis MP 472	(6.910)	(6.273)	(5.528)	(5.019)
(-) Descontos concedidos	-	(110)	-	(88)
(-) Ajuste Incorporações	(24.948)	-	(19.958)	-
(-) Outras	<u>4.759</u>	<u>(2.129)</u>	<u>2.112</u>	<u>(3.614)</u>
	(27.488)	(9.123)	(23.685)	(9.208)
(b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores				
Diferenças temporárias				
(-) Ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.683)	(814)	(1.346)	(707)
(-) Ajuste ao valor justo do instrumento financeiro	(1.186)	(20.126)	(948)	(16.102)
(-) Amortização de ágio.....	-	14.346	-	11.477
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.380)	(4.296)	(5.104)	(3.436)
(-) Provisão de bônus e PLR	(134)	239	(108)	153
(-) Outras diferenças temporárias	8.238	1.967	6.541	1.653
(-) Prejuízos fiscais	<u>-</u>	<u>(18.582)</u>	<u>-</u>	<u>(13.582)</u>
	(1.145)	(27.266)	(965)	(20.544)
(c) Efeito da compensação de prejuízos fiscais	-	3.513	-	-
(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e ajustes anos anteriores.....	<u>(3.827)</u>	<u>5.630</u>	<u>(3.061)</u>	<u>4.616</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(44.012)</u>	<u>(76.472)</u>	<u>(36.953)</u>	<u>(65.764)</u>

(*) A alíquota da CSLL das empresas não financeiras é de 9%.

(**) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. Para apurar a parcela da base da contribuição social sujeita a nova alíquota, dentro do exercício, o consolidado efetuou o cálculo estabelecido pela instrução normativa RFB nº 1.591 de novembro de 2015.

a) O Grupo possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 102.271 (R\$ 380.997 em 2016) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 624.861 (R\$ 522.441 em 2016), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20% em 2016) diferidos no montante de R\$ 309.989 (R\$ 388.145 em 2016) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2017	2016
Diferenças temporárias:	11.451	15.269
Provisão para perdas por redução do valor recuperável	-	63
Provisão para contingências	-	9.603
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários, inclusive derivativos	11.451	5.379
Outras	-	224
Total	11.451	15.269

Alíquota de imposto de renda e da contribuição social	45%	45%
Crédito tributário constituído	5.153	6.871

(c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2017	2016
Saldo inicial	6.871	8.883
Incorporação CCTVM e Cacique (*)	(4.478)	-
Adições / Baixas líquidas	2.760	1.657
Transferência para imposto de renda diferido	-	(3.669)
Saldo final	5.153	6.871

(d) Movimentação do imposto de renda diferido e contribuição social passivo sobre as diferenças temporárias:

	2017	2016
Saldo inicial	67.719	88.406
Incorporação CCTVM (**)	5.217	-
Marcação a mercado hedge fluxo de caixa	5.941	2.034
Marcação a mercado de derivativos	(4.450)	(29.771)
Diversos	3.213	7.050
Saldo final (*)	77.640	67.719

(*) Conforme nota explicativa nº 18 – “Passivos tributários diferidos e Outros passivos”.

(e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

Ano	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
2017	-	2.486
2018	5.153	4.353
2019	-	24
2020	-	7
2021	-	1
	5.153	6.871

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava

R\$ 4.821 em 2017 (R\$ 5.792 em 2016).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

■ 34. Partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco Société Générale incluem, além de suas controladas, o pessoal-chave da Administração do Banco Société Générale e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

As transações realizadas pelo Banco Société Générale com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

Contraparte	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2017	2016	2017	2016
Cacique Promotora de Vendas Ltda.				
Depósitos à vista	-	(1.078)	-	-
Depósitos a prazo	-	(89.723)	-	(9.000)
Cobracred Cobranças Especializadas Ltda.				
Depósitos à vista	-	(309)	-	-
Depósitos a prazo	-	(19.760)	-	(2.030)
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	(196)	-	(2.419)
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	-	-	-	(1.480)
Société Générale - Nova York:				
Obrigações em moeda estrangeira	-	(404.685)	-	(291.073)
Obrigações por empréstimos do exterior	(98.567)	(100.596)	(2.155)	270
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	(9.467)	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	-	-	3.981	-
Devedores diversos no exterior (*)	5.582	10.693	-	(6.924)
Credores diversos no exterior (**)	(84)	(13.074)	(27)	43
Obrigações em moeda estrangeira	(3.566.323)	(2.154.267)	(13.864)	(1.070.030)
Obrigações por empréstimos do exterior	(960.627)	(551.114)	(53.370)	(55.080)
Obrigações por repasses do exterior	(325)	(2.829)	-	(794)
Outras obrigações - diversas	-	-	1.196	-
Société Générale - Cayman:				
Obrigações por empréstimos do exterior	(80.144)	-	201	-
Obrigações em moeda estrangeira	(492.125)	-	(9.846)	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas	2	2	22	21
Depósitos à vista	(39)	(31)	-	-
Depósitos a prazo	(2.560)	(2.345)	(240)	(307)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(541)	(8)	-	-
Depósitos a prazo	-	-	(1.345)	(996)
Operações com swap - diferencial a receber	79.785	54.805	345.336	270.631
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	-	-	3.981	-
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	(9.467)	-
Depósitos à vista	(580)	(1.426)	-	-
Depósitos a prazo	(2.560)	(111.828)	(1.585)	(13.813)
Devedores diversos no exterior (*)	5.582	10.693	-	(6.924)
Valores a receber de sociedades ligadas	2	2	22	21
Obrigações em moeda estrangeira	(4.058.448)	(2.558.952)	(23.710)	(1.361.103)
Credores diversos no exterior (**)	(84)	(13.074)	(27)	43
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.139.338)	(651.710)	(55.324)	(54.810)
Obrigações por repasses do exterior	(325)	(2.829)	-	(794)
Operações com swap - diferencial a receber	79.785	54.805	345.336	270.631
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	(196)	-	(2.419)
Outras obrigações - diversas	-	-	1.196	-
	(5.115.966)	(3.274.515)	260.422	(1.169.168)

(*) Nota explicativa nº 12

(**) Nota explicativa nº 18 b

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

(a) Empréstimos e recebíveis

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- (i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;
- (ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%.
- (iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(b) Remuneração de pessoas-chave da Administração

	2017	2016
Proventos.....	5.792	10.782
Contribuição ao INSS	1.522	4.244
Total	7.314	15.026

■ 35. Benefícios a empregados

O Banco Société Générale, a partir do primeiro semestre de 2008, passou a oferecer um plano de previdência complementar de contribuição definida para seus funcionários, o qual é administrado por uma entidade fechada, Itaú Vida e Previdência S.A.. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco Société Générale e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 857 (R\$ 772 em 2016) e pelos funcionários R\$ 996 (R\$ 890 em 2016).

■ 36. Média ponderada de ações

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	2017	2016
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(34.756)	21.733
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação		
Quantidade média de ações		
Ordinárias	508.474	508.474
Preferenciais	508.474	508.474
Lucro/(Prejuízo) por ação em R\$ (reais)		
Ordinárias	- 0,03	0,02
Preferenciais	- 0,03	0,02
Lucro/(Prejuízo) atribuído por classe de ação		
Ordinárias	(17.378)	10.867
Preferenciais	(17.378)	10.867